

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO**

2020/2021



TII

SEGURANÇA MARÍTIMA COOPERATIVA NO GOLFO DA GUINÉ

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**

**Luís Carlos Brandão Marques
CAPITÃO-DE-FRAGATA, MARINHA**



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
SEGURANÇA MARÍTIMA COOPERATIVA NO GOLFO
DA GUINÉ

CAPITÃO-DE-FRAGATA, MARINHA Luís Carlos Brandão
Marques

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2020/2021

Pedrouços 2021



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
SEGURANÇA MARÍTIMA COOPERATIVA NO GOLFO
DA GUINÉ

CAPITÃO-DE-FRAGATA, MARINHA Luís Carlos Brandão
Marques

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2020/2021

Orientador: CAPITÃO-TENENTE, MARINHA Sofia Vitoriano Saldanha
Junceiro

Pedrouços 2021



Declaração de compromisso Antiplágio

Eu, **Luís Carlos Brandão Marques**, declaro por minha honra que o documento intitulado **Segurança Marítima Cooperativa no Golfo da Guiné** corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida, enquanto auditor do **Curso de Estado-Maior Conjunto 2020/2021** no Instituto Universitário Militar, e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, **12 de maio de 2021**

Luís Carlos Brandão Marques



Agradecimentos

Endereço os meus mais profundos agradecimentos ao Dr. Tiago Lemos da Direção Geral de Política de Defesa Nacional, pela ajuda prestimosa na fase exploratória da investigação e no enquadramento do panorama político da posição portuguesa no Golfo da Guiné. Ao Comandante Mário Domingues do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pela cedência de informação muito relevante sobre a diplomacia portuguesa no Golfo da Guiné. Ao Comandante Nuno Pereira, do Centro de Gestão e Análise de Dados Operacionais da Marinha, pela colaboração na facilitação ao acesso de informação sobre as ameaças de pirataria e roubo armado no Golfo da Guiné e o empenhamento de unidades navais da Marinha Portuguesa. Ao Comandante Artur Silva, pela cedência de informação relevante sobre a segurança marítima no Golfo da Guiné e colaboração na revisão deste trabalho. Aos Comandantes Amílcar Brás e Eduardo Godinho do Estado-Maior General das Forças Armadas, pela colaboração e disponibilidade na cedência de informação sobre a Iniciativa *Mar Aberto* e o projeto do navio patrulha *Zaire* em São Tomé e Príncipe. À Engenheira Cátia Ferreira da Direção de Navios, pela disponibilidade e esclarecimentos sobre os planos de manutenções das unidades navais. Ao Almirante Narciso Junior do Centro Inter-regional de Coordenação, pela disponibilidade e esclarecimentos prestados acerca da *Arquitetura de Yaoundé*. Ao Comandante Paulo Ângelo, pela disponibilidade na cedência de informação muito relevante sobre as iniciativas portuguesas no Golfo da Guiné e sobre as ameaças à segurança marítima naquela região. Ao Comandante Miguel Algarvio do Comando Naval, pela colaboração com os valiosos esclarecimentos e sábia reflexão sobre a atuação dos navios da Marinha Portuguesa no Golfo da Guiné.

É justo endereçar também uma palavra de agradecimento ao Diretor de Curso Comandante Luís Jimenez, pela sua constante preocupação, sentido de oportunidade e empenho na busca das melhores soluções e, sobretudo, pelos conselhos úteis.

Finalmente, mas não menos importante, agradeço à minha orientadora Comandante Sofia Junceiro que, com dedicação e camaradagem, me aconselhou e acompanhou incansavelmente em todas as revisões deste trabalho.

Agradeço à minha família, por tudo o que me tem proporcionado e pelo amor incondicional. Aos companheiros e camaradas do Curso de Estado-Maior Conjunto, que me acompanharam, em permanência, nesta etapa da minha vida, bem hajam.



Índice

1. Introdução	1
2. Enquadramento teórico e conceptual	4
2.1 Estado da Arte.....	4
2.1.1 O espaço geopolítico do GdG	4
2.1.2 Segurança marítima e segurança marítima cooperativa.....	5
2.1.3 Pirataria e roubo armado	6
2.1.4 Cooperação regional para a SMGdG	7
2.1.5 Cooperação internacional para a SMGdG.....	9
2.1.6 Desafios para a SMCGdG	12
2.1.7 Estratégia de Portugal e da UE em relação ao GdG.....	13
2.1.8 IP contribuintes para a SMGdG	15
2.2 Modelo de análise	17
3. Metodologia e método	18
3.1 Metodologia.....	18
3.2 Método.....	19
3.2.1 Participantes e procedimentos.....	19
3.2.2 Instrumentos de recolha de dados	19
3.2.3 Técnicas de tratamento de dados.....	19
4. Apresentação dos dados e discussão de resultados.....	20
4.1 Caracterização da pirataria e roubo armado no GdG.....	20
4.2 Análise das IP para a SMCGdG	24
4.2.1 Iniciativa <i>Mar Aberto</i>	25
4.2.2 NRP <i>Zaire</i>	26
4.2.3 Fraquezas das IP	26
4.2.4 Ameaças às IP	27
4.3 Contribuição de Portugal para uma SMCGdG	28
5. Conclusões	31
Referências bibliográficas	35
Apêndice A – Iniciativas estatais relevantes no âmbito da SMGdG.....	Apd A-1
Apêndice B – Resumo anual da ameaça à SMGdG no período 2015-2020.....	Apd B-1



Apêndice C – Resumo das entrevistas.....	Apd C-1
Apenso A – Navios empregues na Iniciativa <i>Mar Aberto</i> no período 2015-2020	Aps A-1
Apenso B – NRP <i>Zaire</i> no GdG	Aps B-1

Índice de Apêndices

Apêndice A – Resumo anual da ameaça à SMGdG no período 2015-2020.....	Apd A-1
Apêndice B – Iniciativas estatais relevantes no âmbito da SMGdG	Apd B-1
Apêndice C – Resumo das entrevistas.....	Apd C-1

Índice de Apensos

Apenso A – Navios empregues na Iniciativa <i>Mar Aberto</i> no período 2015-2020	Aps A-1
Apenso B – NRP <i>Zaire</i> no GdG	Aps B-1

Índice de Figuras

Figura 1 – Região do Golfo da Guiné.....	4
Figura 2 - Estados membros da CGG, da CEDEAO e da CEEAC	5
Figura 3 - <i>Arquitetura de Yaoundé</i>	8
Figura 4 – Organograma da <i>Arquitetura de Yaoundé</i>	8
Figura 5 - Atores internacionais externos no GdG	12
Figura 6 – NRP <i>Zaire</i> em STP	16
Figura 7 – Estatística anual de incidentes ocorridos desde 1984	20
Figura 8 – Incidentes no período 2016-2019.....	21
Figura 9 - Cotação do petróleo Brent em dólares norte-americanos	22
Figura 10 – Modelo de negócio dos raptos para resgate	22
Figura 11 – Média anual da distância à costa dos locais dos ataques	23
Figura 12 - Zonas de risco de incidentes em 2020	23
Figura 13 – O espaço marítimo de STP com áreas de responsabilidade.....	24
Figura 14 – Ações da IMA em África no período 2015-2019.....	25
Figura 15 – Estatística dos relatos de incidentes em 2015	1
Figura 16 – Estatística dos relatos de incidentes em 2016	1
Figura 17 – Estatística dos relatos de incidentes em 2017	2
Figura 18 – Estatística dos relatos de incidentes em 2018	2
Figura 19 – Estatística dos relatos de incidentes em 2019	3



Índice de Quadros

Quadro 1 – Modelo de Análise.....	17
Quadro 2 - Matriz SWOT da contribuição das IP para a SMCGdG	29
Quadro 3 - Designações dos elementos contributivos.....	29
Quadro 4 – Armamento utilizado nos ataques no GdG no período 2019-2020	Apd B-3
Quadro 5 – Tipo de violência contra tripulações no GdG no período 2019-2020	Apd B-4
Quadro 6 – Entidades entrevistadas por ordem cronológica	Apd C-1
Quadro 7 – Resumo das entrevistas.....	Apd C-1



Resumo

O Golfo da Guiné é atualmente a zona do mundo mais afetada pela pirataria e roubo armado no mar. O objetivo desta investigação é a análise do contributo da cooperação portuguesa no Golfo da Guiné, para uma segurança marítima cooperativa, focada nas iniciativas portuguesas com o empenhamento de unidades navais da Marinha.

Esta investigação seguiu um raciocínio indutivo, assente numa estratégia de investigação qualitativa, consubstanciada num desenho de pesquisa estudo de caso. A partir dos conceitos estruturantes de segurança marítima e segurança marítima cooperativa, aplicadas ao Golfo da Guiné, procurou-se compreender o fenómeno da pirataria e do roubo armado, analisando as iniciativas portuguesas, bem como outras iniciativas, através de padrões encontrados nos dados.

Do estudo resultou a identificação de que Portugal é reconhecido como um produtor de segurança marítima na região e que as suas iniciativas poderão ser potenciadas, contribuindo ainda mais para uma segurança marítima cooperativa. Este incremento pode ser feito, por exemplo, através da cooperação com outras iniciativas na região. Contudo, antevê-se um desafio crescente para as iniciativas portuguesas, nos próximos anos, para que estas possam dar uma resposta dissuasora e credível a este tipo de ameaça, privilegiando a relevância da presença portuguesa no Golfo da Guiné.

Palavras-chave:

Golfo da Guiné, segurança marítima, cooperação, pirataria, roubo armado.



Abstract

The Gulf of Guinea is currently the area in the world most affected by piracy and armed robbery at sea. The aim of this research is to analyse the contribution of Portuguese cooperation in the Gulf of Guinea, for a cooperative maritime security, focused on Portuguese initiatives with the commitment of naval units of the Portuguese Navy.

This research followed an inductive reasoning, based on a qualitative research strategy, embodied in a case study research design. From the structuring concepts of maritime security and cooperative maritime security, applied to the Gulf of Guinea, it was sought to understand the phenomenon of piracy and armed robbery, analysing the Portuguese initiatives, as well as the other initiatives, through patterns found in the data.

The study identified that Portugal is recognized as a producer of maritime security in the region and that its initiatives could be enhanced, further contributing to cooperative maritime security. This can be done, for example, through cooperation with other initiatives in the region. However, Portuguese initiatives are expected to face a growing challenge in the coming years to provide a deterrent and credible response to this type of threat, while emphasising the relevance of the Portuguese presence in the Gulf of Guinea.

Keywords:

Gulf of Guinea, maritime security, cooperation, piracy, armed robbery.



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

A

AdY *Arquitetura de Yaoundé*

C

CCEM Conselho de Chefes de Estado-Maior

CCOM Comando Conjunto para as Operações Militares

CEEAC Comunidade Económica dos Estados da África Central

CEDEAO Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

CEDN Conceito Estratégico de Defesa Nacional

CEM Conceito Estratégico Militar

CEMLAWS *Center for Maritime Law and Security*

CGG Comissão do Golfo da Guiné

CIC Centro Inter-regional de Coordenação

CN Comando Naval

CNUDM Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar

CPLP Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CRESMAC Centro Regional de Segurança Marítima da África Central

CRESMAO Centro Regional de Segurança Marítima da África Ocidental

CSNU Conselho de Segurança das Nações Unidas

D

DGPDN Direção Geral de Política de Defesa Nacional

E

EdGdG Estados do Golfo da Guiné

EMGFA Estado-Maior-General das Forças Armadas

EUA Estados Unidos da América

F

FFAA Forças Armadas

G

GC Guarda Costeira

GdG Golfo da Guiné

G7++FoGG *G7++Friends of Gulf of Guinea*

I

IMA *Iniciativa Mar Aberto*



IMB	<i>International Maritime Bureau</i>
IMO	<i>International Maritime Organization</i>
IUM	Instituto Universitário Militar
IP	Iniciativas portuguesas
INTERPOL	<i>International Criminal Police Organization</i>
M	
MDAT-GoG	<i>Maritime Domain Awareness for Trade – Gulf of Guinea</i>
MDN	Ministério da Defesa Nacional
N	
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
NEP	Normas de Execução Permanente
NRP	Navio da República Portuguesa
O	
OE	Objetivo Específico
OG	Objetivo Geral
P	
PN	Presença naval
PMC	Presenças Marítimas Coordenadas
PRA	Pirataria e roubo armado
Q	
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
R	
RPC	República Popular da China
S	
SI	Sistema Internacional
SM	Segurança marítima
SMGdG	Segurança marítima no Golfo da Guiné
SMCGdG	Segurança marítima cooperativa no Golfo da Guiné
SWAIMS	<i>Support to West Africa Integrated Maritime Security</i>
SWOT	<i>Strengths, weaknesses, opportunities and threats</i>
STP	São Tomé e Príncipe
SUPMOA	<i>Suppression of Piracy and Other Maritime Offences Act</i>



U

UA União Africana

UE União Europeia

UN Unidades Navais

US AFRICOM *United States Africa Command*

Z

ZEE Zona Económica Exclusiva



1. Introdução

A tipologia da ameaça à segurança alterou-se desde o fim da era bipolar¹, em que a preocupação pela segurança, antes exclusiva dos Estados, passou a ser global. Nesta perspetiva, os objetivos e os interesses de segurança alargaram-se “para além das fronteiras tradicionais e geográficas dos Estados ou da área de responsabilidade das organizações internacionais” (Lourenço, 2012, p. 114).

O Golfo da Guiné (GdG), uma vasta região costeira que se estende desde o Senegal até Angola, que será caracterizada no capítulo seguinte, apresenta Estados com sociedades e economias subdesenvolvidas, em que as fronteiras coloniais correspondem às suas fronteiras atuais, separando culturas e grupos étnicos. Embora possuam enormes recursos humanos e naturais, tais como petróleo, gás natural, minerais e recursos vivos, constituem Estados frágeis (*The Fund For Peace*, 2020), afetados pelos fenómenos do terrorismo e pirataria, mas também pela “criminalidade organizada, associada a todo o tipo de tráficos transnacionais” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, 2013). Relativamente aos recursos, cinco dos principais produtores de petróleo e gás natural de África, estão situados no GdG – Angola, Nigéria, República do Congo, Guiné Equatorial e Gabão – com a maior parte da produção localizada em alto mar (Pavia, 2016, p. 9).

Registou-se, nos últimos anos, uma intensificação dos conflitos e das tensões regionais na África Ocidental, particularmente no GdG. Os últimos dados relativos ao GdG confirmam um incremento da pirataria e roubo armado (PRA) no mar, prevendo-se uma situação similar à do Golfo de Áden em 2012 (Pavia, 2016, pp. 33–35).

Um dos desafios para os Estados do GdG (EdGdG) são as ameaças que decorrem da falta de controlo das suas águas costeiras e respetivos acessos, cujas consequências incluem um aumento da atividade criminosa. Neste trabalho serão abordados a PRA como ameaças à segurança marítima (SM), pese embora estejam associados a outro tipo de atividades ilícitas.

Em junho de 2013, foi realizada em Yaoundé, nos Camarões, uma cimeira de chefes de EdGdG composta por membros da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) e a Comissão do GdG (CGG) (Marques, 2018). Nessa cimeira, estes Estados comprometeram-se a enfrentar os desafios à SM, através de uma perspetiva regional comum,

¹ Correspondente à ordem mundial em que existiam duas superpotências dominantes: a União Soviética e os Estados Unidos da América (EUA), que lideravam dois blocos de Estados antagónicos. A era bipolar terminou com o colapso do bloco soviético, entre 1989 e 1991 (Mc Glinchey, 2014, p. 185).



na assunção de que nenhum Estado o consegue fazer isoladamente. Assinaram o “Código de conduta relativo à prevenção e repressão de atos de pirataria, roubo armado contra navios e atividades ilícitas na África Ocidental e Central”, conhecido como *Código de Yaoundé* (United Nations, 2013). Este acordo alinha-se com as Resoluções 2018 (2011) e 2039 (2012) do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), que declaram que os EdGdG têm responsabilidades e um papel relevante na SM no GdG (SMGdG), e que o CSNU encoraja os parceiros internacionais a apoiá-los nesse esforço.

A União Europeia (UE) e os EdGdG assumem interesses comerciais, económicos e securitários comuns na região, em função da relevância dos recursos que ali se concentram, como o petróleo e o gás natural. Esses recursos são cruciais, tanto para a economia regional como para a UE. O comércio marítimo da UE nessa região assume uma dimensão considerável, com uma presença igualmente significativa de navios da UE (European Union, 2014a).

Atualmente, a SMGdG constitui já uma prioridade estratégica para todos os Estados empenhados na segurança africana e atlântica, incluindo a UE, Brasil, Estados Unidos da América (EUA) (Husted, 2019) e a República Popular da China (RPC) (Devermont et al., 2019). Com a finalidade de reforçar as frágeis instituições regionais, estes Estados têm realizado iniciativas bilaterais com EdGdG, nomeadamente no âmbito do reforço das infraestruturas em terra, formação, treino e aconselhamento. Contudo, tais iniciativas realizam-se de acordo com agendas próprias, carecendo de maior articulação entre si (Direção Geral de Política de Defesa Nacional [DGPDN], 2019, p. 3).

Neste contexto, em que os EdGdG têm solicitado a ajuda internacional para o apoio às suas estruturas (DGPDN, 2019), afigura-se pertinente analisar a presente situação e o enquadramento da cooperação portuguesa, como contributo para uma SMGdG mais eficaz, que se pretende cooperativa.

Esta investigação, tem como objeto de estudo a SMGdG, num quadro de cooperação entre Portugal e os diversos atores com interesses na região, estando delimitado nos domínios do espaço, tempo e conteúdo. Espacialmente, está delimitado ao GdG, na linha de costa que vai desde o Senegal até Angola. No domínio temporal, será considerado o período 2015-2020, no qual se registou um aumento do número de incidentes de PRA e em que a Iniciativa *Mar Aberto* (IMA) assumiu a conceptualização e a abrangência atuais. Relativamente ao conteúdo, será delimitado ao estudo e análise dos dados sobre PRA no



mar, assim como às iniciativas portuguesas (IP) para a SMGdG e outras relevantes para Portugal, com foco na utilização de unidades navais (UN).

O objetivo geral (OG) da investigação consiste em analisar o contributo da cooperação portuguesa no domínio da SMGdG, para uma SM cooperativa naquele espaço. De forma a cumprir com o OG da investigação, é necessário atingir os seguintes objetivos específicos (OE):

OE1: Caracterizar as atuais ameaças à SMGdG;

OE2: Analisar as IP no âmbito da SM cooperativa no GdG (SMCGdG).

Após a identificação dos OG e dos OE da investigação, e com base nestes, formula-se a seguinte Questão Central (QC), que será o fio condutor à investigação: Em que medida a cooperação portuguesa no âmbito da SMGdG pode contribuir para uma SMCGdG? A QC decompõe-se nas seguintes Questões Derivadas (QD), cujas respostas permitirão alcançar os OE:

QD1: Como se caracterizam as atuais ameaças à SMGdG?

QD2: Quais os resultados das IP no âmbito da cooperação para a SMGdG?

O presente trabalho encontra-se em formato de artigo científico. Está estruturado em cinco capítulos, incluindo a presente introdução. No segundo capítulo, apresenta-se o estado da arte e o modelo de análise. No terceiro capítulo, apresenta-se: a metodologia, que inclui o raciocínio e a estratégia adotada na investigação; o desenho de pesquisa e o método do trabalho, onde se refere os instrumentos de recolha e as técnicas de tratamento de dados. No quarto capítulo apresentam-se os dados e a discussão de resultados referentes aos objetivos da investigação, respondendo-se às QD e, consequentemente, à QC, cumprindo-se com os OE do trabalho e, por sua vez, com o OG. No quinto e último capítulo, tecem-se as conclusões do trabalho, apresentando-se os contributos para o conhecimento, onde se incluem recomendações, as limitações encontradas e propostas para investigação futura.

2. Enquadramento teórico e conceptual

2.1 Estado da Arte

2.1.1 O espaço geopolítico do GdG

O GdG é um espaço geográfico com recursos naturais relevantes e com uma linha de costa de cerca de 6000 Km. Estende-se desde o Senegal até Angola, incluindo os Estados arquipelágicos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe² (STP). Fazem fronteira marítima com o GdG, 17 Estados continentais (Figura 1). Este espaço abrange duas regiões político-económicas afiliadas da Comissão do GdG e da União Africana (UA): a CEDEAO e a CEEAC (Conselho da UE, 2014, p. 1).



Figura 1 – Região do Golfo da Guiné

Fonte: Stable Seas (2020).

A CGG foi criada em 2001, sendo composta por oito Estados da CEDAO e da CEEAC, que se identificam na Figura 2, com base na necessidade de potenciar a segurança coletiva na área, nomeadamente na vertente da SM. Consiste numa cooperação multilateral de países do GdG, cujo objetivo é a defesa dos seus interesses comuns e a promoção da paz³ e do desenvolvimento socioeconómico (*The Gulf of Guinea Commission*, 2020).

² A República Democrática de São Tomé e Príncipe será doravante designada por São Tomé e Príncipe (STP).

³ Através de prevenção, gestão e resolução de conflitos regionais.

A CEDEAO, criada em 1975, é composta por 15 Estados com laços culturais, geopolíticos e interesses económicos comuns (CEDEAO, 2015). A CEEAC foi criada em 1983 e integra 11 Estados (CEEAC, 2020) (Figura 2).

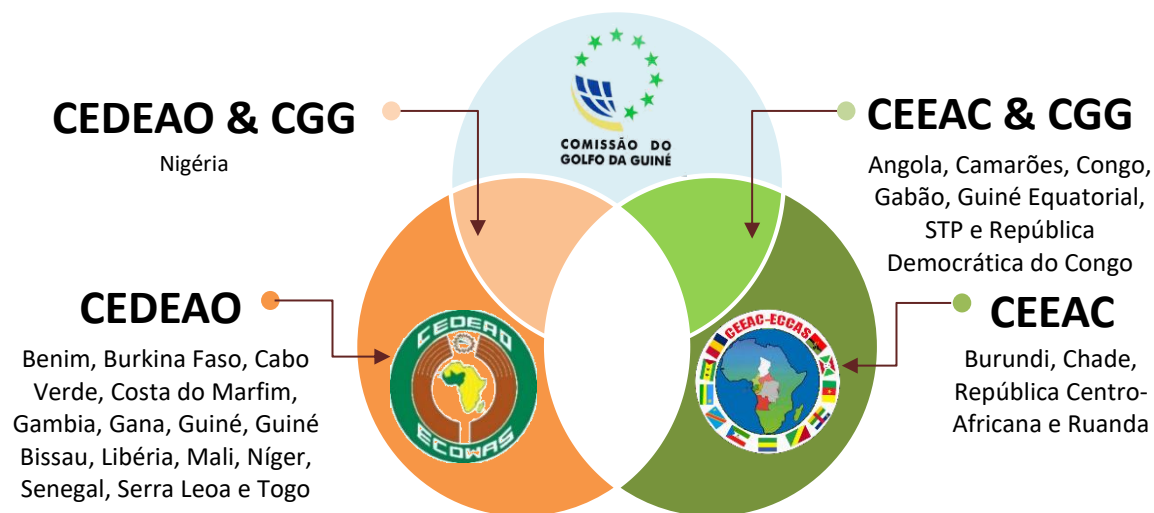


Figura 2 - Estados membros da CGG, da CEDEAO e da CEEAC

2.1.2 Segurança marítima e segurança marítima cooperativa

Neste sub-subcapítulo, abordam-se fontes relacionadas com a conceptualização de SM, que pode ser aplicada ao GdG.

Piedade (2018) realiza uma análise dos conceitos de SM, refletindo sobre a sua multiplicidade de interpretações. Identifica duas abordagens distintas: uma, segundo Wolfers (1952, cit. por Piedade, 2018, p. 13), define a SM como a ausência de ameaças no ambiente marítimo, definindo segurança como o valor “que uma nação pode ter mais ou menos e ao qual deve aspirar obter em maior ou menor medida”; outra, baseada em Till (2009), define SM como a manutenção da ordem no mar, entendida como um “estado final desejável a ser alcançado” (Piedade, 2018, p. 22). Piedade (2018) refere que a primeira é utilizada pela generalidade das organizações internacionais, apresentado, contudo, lacunas, pois não existe um consenso sobre as ameaças identificadas, que são díspares e variadas. A segunda interpretação oferecerá mais rigor sobre a SM, com a definição de critérios associados a um estado final desejado.

Da análise da interpretação de Till (2009), identificam-se cinco dimensões de SM relativa à interpretação da utilização do mar: como meio de transporte, como espaço de domínio, como ambiente, como recurso e como uma costa segura. Aborda ainda o conceito de SM associado à securitização, na perspetiva construtivista, em que as ameaças são construídas por líderes de opinião, de acordo com agendas políticas. A securitização

acontece quando se verifica uma aceitação das audiências que as entendem como credíveis, sucedendo-se uma formulação de medidas a adotar para proteger um objeto de referência ou neutralizar uma ameaça (Piedade, 2018).

Seguidamente introduz-se a diferença entre os conceitos de *maritime safety* e *maritime security*, baseado no critério da intencionalidade. O primeiro refere-se à prevenção ou minimização de potenciais acidentes no mar, como resultado da não conformidade com normas aplicáveis à construção, equipamento ou operação de navios, sendo que o segundo se relaciona “com a proteção contra a prática de atos ilegais e deliberados” (Piedade, 2018, p. 17).

Lourenço (2012), no seu artigo sobre SM cooperativa, evidencia a complexidade de uma operacionalização credível da SM multidimensional. Aborda a importância do mar numa economia global e interdependente, baseada na crescente intensidade e diversidade de rotas da navegação marítima, relevando a coordenação de iniciativas articuladas com Estados, organizações internacionais e sector privado. Consiste, pois, numa abordagem holística ao conceito de SM, devendo-se adicionar a consolidação de uma cultura de segurança efetiva nos espaços marítimos, com uma consciencialização junto da sociedade civil, como via para o bem-estar e o desenvolvimento.

Após uma abordagem a diferentes interpretações do conceito de SM, será considerada, neste trabalho, a SM numa vertente *security*, baseada na perspetiva de Till (2009), considerando-se três dos cinco domínios aplicados a este conceito: meio de transporte, espaço de domínio e costa segura. Finalmente consideramos a SM cooperativa, como resultante da coordenação articulada entre Estados e organizações internacionais.

2.1.3 Pirataria e roubo armado

Para uma identificação consistente e atualizada das ameaças mais significativas à SMGdG, analisou-se a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) (Resolução da Assembleia da República n.º 60-B/97, 1997), os relatórios da *International Maritime Organization* (IMO) e do *International Maritime Bureau* (IMB). Devido à abordagem frequente do conceito de pirataria nesta investigação, e por constituir um conceito enquadrante neste trabalho, procedeu-se à análise do Artigo 101º da CNUDM que define a pirataria como:

- “a) Todo o ato ilícito de violência ou de detenção ou todo o ato de depredação cometidos, para fins privados, pela tripulação ou pelos passageiros de um navio ou de uma aeronave privados, e dirigidos contra:

- i) Um navio ou uma aeronave em alto mar ou pessoas ou bens a bordo dos mesmos;
- ii) Um navio ou uma aeronave, pessoas ou bens em lugar não submetido à jurisdição de qualquer Estado; [...]”.

Contudo, esta definição não abrange todos os casos ocorridos no GdG pois, segundo os dados analisados, grande parte dos atos desta natureza ocorre em águas territoriais. Para esses casos aplica-se a Resolução A.1025(26) (2010) da IMO, em que o roubo armado no mar consiste em:

“[...] any illegal act of violence or detention or any act of depredation, or threat thereof, other than an act of piracy, committed for private ends and directed against a ship or against persons or property on board such a ship, within a State's internal waters, archipelagic waters and territorial sea; [...]”.

Assim, para esta investigação, aplicar-se-á o conceito de pirataria para atos praticados em águas internacionais e o termo roubo armado para atos praticados em águas territoriais.

2.1.4 Cooperação regional para a SMGdG

Este subcapítulo visa esclarecer os acordos regionais que se podem articular com Portugal numa SMCGdG.

O *Código de Yaoundé*, assinado em 2013 por 25 Estados⁴, visou a criação de uma estrutura, denominada *Arquitetura de Yaoundé* (AdY), que habilita a realização de operações conjuntas, partilha de informação e uma articulação legal entre os países constituintes. Como se identifica na Figura 3 e Figura 4, a estrutura é composta por cinco zonas e dois centros de coordenação marítima regionais: o Centro Regional de SM da África Ocidental (CRESMAO, 2020) afeto à CEDEAO e o Centro Regional de SM da África Central (CRESMAC) afeto à CEEAC, assim como um Centro Inter-regional de Coordenação (CIC) (ICC, 2020) responsável por toda a zona de costa do GdG e 12 portos principais. O Comando Naval (CN) da Marinha Portuguesa mantém contactos informais, em ambiente colaborativo, com o CRESMAO e o CRESMAC, para a obtenção de informação relativa à SM na região (Algarvio, 2021).

⁴ Angola, Benim, Burkina Faso, Burundi, Camarões, Cabo Verde, Chade, Congo, , Costa do Marfim, Gabão, Gambia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, República Centro Africana, República Democrática do Congo, Senegal, Serra Leoa, STP e Togo (G7++FoGG, 2020).

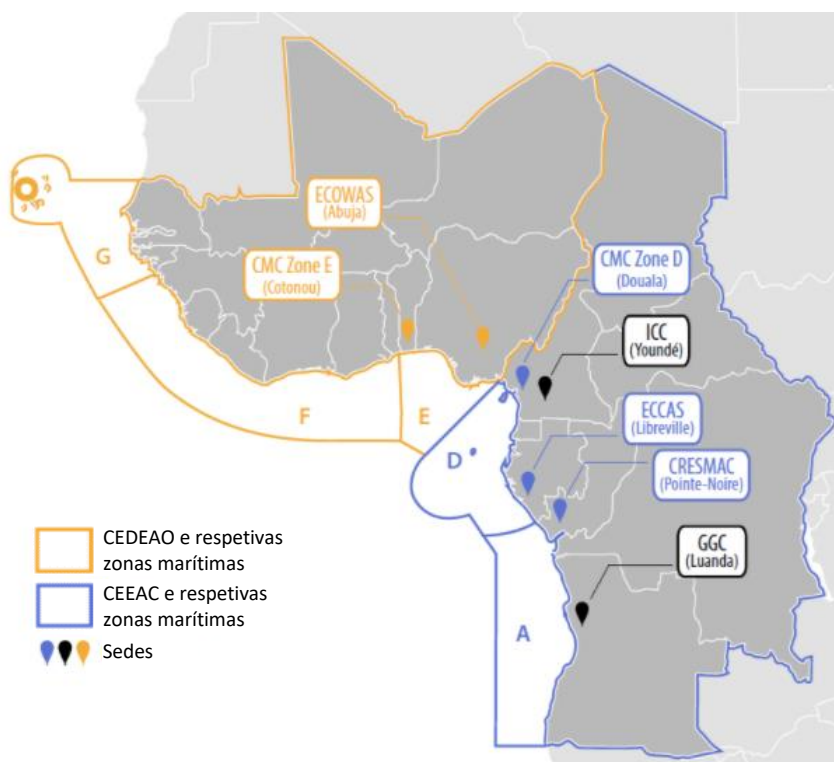


Figura 3 - Arquitetura de Yaoundé
Fonte: European Union (2020).

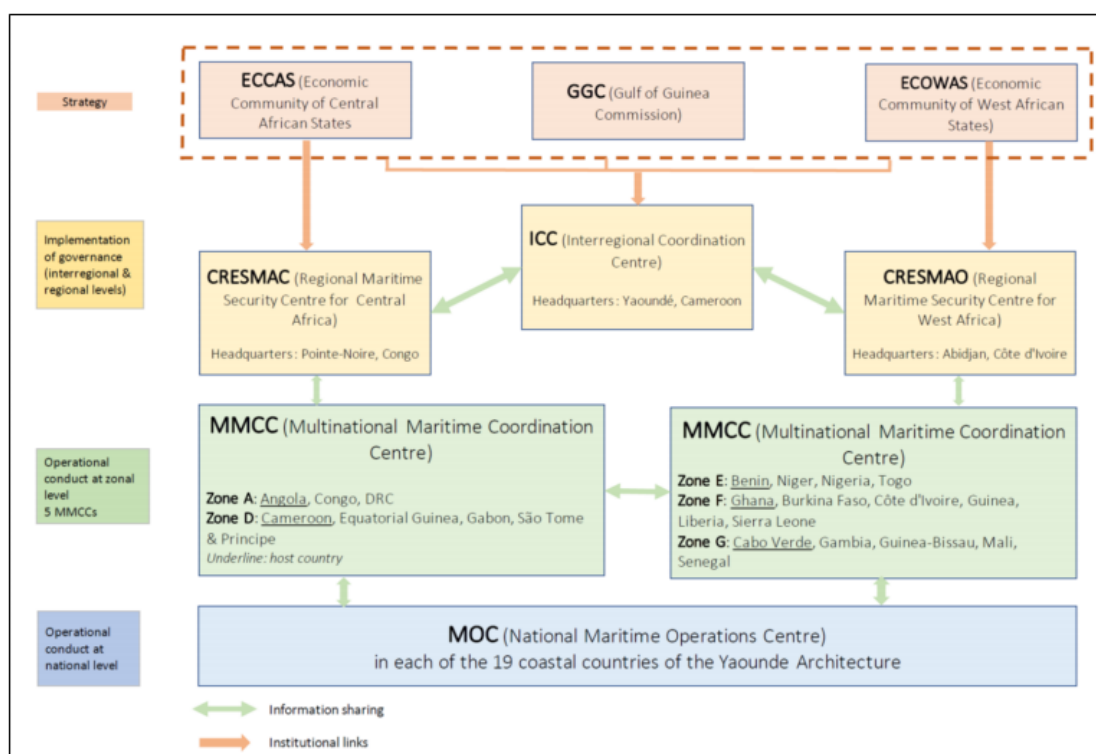


Figura 4 – Organograma da Arquitetura de Yaoundé
Fonte: European Union (2020).

Após ter aprovado a Estratégia Marítima Integrada de África 2050 (UA, 2012), a UA aprovou a *African Charter on Maritime Security and Safety and Development*, designada

por Carta de Lomé (UA, 2016). Um dos objetivos deste documento é proteger o espaço marítimo africano da atividade criminosa, nomeadamente a PRA, e criar condições para uma exploração económica benéfica do continente, garantindo a segurança das suas vias de comunicação. Os Estados africanos comprometem-se assim a promover a coordenação, treino e edificação de capacidades, em harmonia com as respetivas legislações nacionais, criando agências nacionais de coordenação marítima. Segundo Oladipo (2017), esta Carta beneficia de acordos bilaterais já existentes no âmbito da SMGdG. Aponta-se como exemplo a Operação Prosperidade em 2014, em que foram efetuadas patrulhas combinadas, que reduziram os assaltos armados na fronteira Benim-Nigéria. Outro exemplo são as fortes relações da França com as guardas costeiras do Togo e do Benim.

2.1.5 Cooperação internacional para a SMGdG

Neste subcapítulo, pretende-se tratar os acordos externos ao GdG, com relevância para Portugal, no âmbito de uma SM cooperativa na região.

Com a missão de apoiar o processo de Yaoundé, foi criado, em 2013, o grupo *G7++Friends of Gulf of Guinea* (G7++FoGG), em que também participam os países signatários do *Código de Yaoundé*, através de um co-secretariado. Este grupo é composto por: Alemanha, Bélgica, Brasil, Canada, Coreia do Sul, Dinamarca, EUA, Espanha, França, Holanda, Índia, Itália, Japão, Noruega, Portugal, Reino Unido e Suíça. Participam nas suas reuniões a UE, o Gabinete das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, a *International Criminal Police Organization* (INTERPOL) e o Centro de Análise e Operações Marítimas – Narcóticos (G7++FoGG, 2020). Portugal assumiu a presidência do G7++FoGG em 2016 (Marques, 2018). O G7++FoGG tem baseado a sua ação na edificação de capacidades e na coordenação de iniciativas multilaterais para a promoção da SMGdG. Este grupo foi responsável pelo estabelecimento do Maritime Trade Information Sharing Centre, que foi substituído em 2016 pelo *Maritime Domain Awareness for Trade – Gulf of Guinea* (MDAT-GoG) (Pichon & Pietsch, 2019, p. 15). Este centro funciona 24 horas, em cooperação com as Marinhas inglesa e francesa. Visa apoiar a AdY, contribuindo para o conhecimento situacional marítimo, em apoio à navegação no GdG (MDAT-GoG, 2016) e tem fornecido informação à Marinha Portuguesa (Algarvio, 2021).

A UE é um contribuinte relevante no incremento da SMCGdG. Desde 2016, já anunciou mais de 60 milhões de euros no financiamento de programas de capacitação da SMGdG (Husted, 2019), em linha com a Estratégia de SM da UE. Esta estratégia promove: o multilateralismo; uma abordagem multisetorial e uma integração funcional, tendo em conta

as competências de cada Estado e o respeito pelas regras e princípios do direito internacional. Estes programas visam estratégias integradas para a SMGdG, através de uma visão combinada no domínio legal, operacional e técnico (European Union, 2014b).

Segundo o Dr. Tiago Lemos⁵ (entrevista por email, 09 de novembro de 2020), o apoio da UE realiza-se através do financiamento de programas e projetos, incluindo projetos de cooperação delegada, centrados no reforço de capacidades e em linha com a Estratégia de SM da UE e a Estratégia da UE para o GdG. Por exemplo, Portugal coordena um dos projetos de cooperação delegada em apoio à “Estratégia Marítima Integrada” da CRESMAO: o *Support to West Africa Integrated Maritime Security* (SWAIMS), na zona geográfica da CEDEAO. Este projeto de 29 milhões de euros, para o período 2019-2022, destina-se a melhorar a aplicação da lei e a governança (European Union, 2020).

A DGPDN (2019) identifica que, além de Portugal, as principais ações realizadas no âmbito da SMGdG com UN, são a Espanha e a França, que mantêm interesses e preocupações na região (ver Apêndice A). Mais recentemente num webinar, o Dr. Pedro Seabra do Instituto de Defesa Nacional, referiu que Portugal, Espanha e França são os países que têm motivado uma maior intervenção da UE para a SMCGdG, sendo que a Dinamarca também tem tido um papel ativo, motivada pela sua presença comercial na região (Altieri et al., 2021). A Espanha possui uma estratégia dedicada a África, definindo o GdG como zona prioritária. Este documento contém a visão estratégica, o contexto atual da África Subsariana, os objetivos estratégicos, os princípios e os países prioritários, assim como o acompanhamento e avaliação. Um dos quatro objetivos estratégicos formulados - “paz e a segurança” - define como OE, o apoio ao fortalecimento da SM e na luta contra a pirataria no GdG (Gobierno de España, 2019, pp. 32–34).

Em 2015, Portugal celebrou um acordo multilateral de cooperação com a França, Espanha e Dinamarca (Ministrie of Defense of Denmark et al., 2014), em linha com a Estratégia da UE para a SMGdG. Como veremos a seguir, releva-se a postura dos EUA, como um dos principais contribuintes para a SMGdG. O Brasil assume também um papel importante para Portugal pois, além de membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), tem reclamado o Atlântico Sul como sua zona de influência, sendo também membro do G7++FoGG. Finalmente refere-se a RPC, com uma influência crescente no Atlântico Sul e importantes parcerias económicas com diversos EdGdG (Centro de Análise Estratégica, 2020).

⁵ Assessor da DGPDN para os EUA e África Subsariana.



Do ponto de vista multilateral, são realizados, anualmente, exercícios navais no GdG no âmbito da SM, como o *Obangame Express*, conduzido pelo *United States Africa Command* (US AFRICOM) ou os *Grand African Nemo* e *African Nemo*, conduzidos pela França. Estes exercícios têm contado com a participação do Navio da República Portuguesa (NRP) *Zaire*⁶ em STP, dos navios em missão na IMA e de aeronaves P-3C de vigilância marítima, da Força Aérea Portuguesa (Apêndice A e Apênsos A e B).

Segundo Pavia (2016), a CPLP encontra-se numa posição privilegiada na articulação do apoio da SMGdG, com uma estratégia própria para os oceanos desde 2009 (CPLP, 2009). O Professor Luís Bernardino sugere mesmo o reforço da componente naval do exercício Felino, aproveitando o fórum CPLP para um reforço da iniciativa portuguesa, neste âmbito (Bernardino, 2021). Existem cinco Estados membros da CPLP no GdG – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial e STP – e outros dois com interesses declarados – Portugal e Brasil. Neste contexto, alguns países com interesses no GdG são Observadores Associados da CPLP (por ordem de atribuição do estatuto): Luxemburgo, Reino Unido, França, Itália, Senegal e Turquia (CPLP, 2018). Excetuando o Senegal, todos estes países têm navios de bandeira vítimas de ataques no GdG (IMB, 2020; IMB, 2021).

É importante relevar que o IMB, nos seus últimos relatórios, tem demonstrado um reconhecimento especial às Marinhas portuguesa e espanhola, no combate à ameaça à SMGdG (IMB, 2021).

Para uma melhor compreensão dos atores internacionais externos ao GdG, referidos anteriormente, com iniciativas nessa região, apresenta-se uma representação síntese na Figura 5, para uma melhor compreensão dos mesmos.

⁶ Navio patrulha costeiro.



Figura 5 - Atores internacionais externos no GdG

2.1.6 Desafios para a SMCGdG

O Dr. Tiago Lemos (*op. cit.*) considera que os maiores desafios para uma SMCGdG consistem na extensão do espaço geográfico, na profusão de atores estabelecidos com os seus interesses (EUA, RPC, Brasil, países regionais e países europeus) e a inexistência de uma só entidade que coordene os contributos desses atores na SMGdG. Identifica ainda que o principal desafio será operacionalizar a coordenação da presença naval (PN), verificando-se, por vezes, intermitente, havendo períodos de ausência de UN na região. Outro desafio identificado é a questão jurídica relacionada com os ilícitos em águas territoriais, onde os EdGdG dificultam a cedência dos seus direitos soberanos em favor de uma política de SMCGdG.

De facto, na análise documental, encontram-se referências sobre a complexidade da coordenação dos vários interesses para uma SMCGdG. Marques (2018) propõe uma abordagem abrangente do problema, identificando três elementos cruciais na implementação do esforço para a SMGdG: “meios tecnológicos [...]; coordenação de diferentes atores e iniciativas e vontade política, apropriação regional e envolvimento com vista a resultados concretos”. Sugere um maior envolvimento da UE, com a implementação do seu plano de ação, com influência nas seguintes dimensões:

- Jurídica, com a criação de ferramentas comuns e a prestação de apoio jurídico às organizações costeiras e regionais;
- Capacitação, com uma abordagem estratégica coincidente com a AdY, com prioridade para o apoio em Estados primariamente envolvidos, com alargamento progressivo a outros;
- Troca segura de informações de natureza relevante e fiável, entre os intervenientes, que exigem meios ainda não disponíveis nalguns Estados. Sugere-se, neste âmbito, o reforço da vigilância marítima pelos estados ribeirinhos, com recurso a sistemas de controlo (nomeadamente radares) na região.

Além dos desafios referidos anteriormente, o Dr. Pedro Seabra reforça o argumento da complexidade decorrente de mecanismos marcados pela informalidade dos contactos entre diversos atores estatais, derivados de agendas e interesses nem sempre coincidentes. Esta conjuntura origina uma falta de coordenação eficaz no combate à ameaça. Por outro lado, essa complexidade tem-se agudizado com o aparecimento de uma multiplicidade de atores externos ao Atlântico, com interesses nas questões securitárias do GdG, nomeadamente a RPC (Altieri et al., 2021).

2.1.7 Estratégia de Portugal e da UE em relação ao GdG

Em Portugal, a temática da SMGdG relaciona-se com a valorização das funções de soberania. Neste âmbito, o Governo estabelece como prioridade a relação entre a Europa e a África, com a promoção de relações bilaterais privilegiadas, com foco na “cooperação com os países africanos de língua portuguesa [...], alargando a sua geografia e parcerias e diversificando as modalidades de financiamento” (XXII Governo Constitucional, 2019).

Já o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), considera que o nosso espaço estratégico se estende muito para além das nossas fronteiras de soberania ou jurisdição e identifica a pirataria, baseada em Estados frágeis da África subsaariana, como um dos principais riscos e ameaças à segurança nacional. Identifica também que o fraco controlo do território, por parte que desses Estados, afeta “rotas vitais do comércio internacional”. Esse estatuto atribuído à pirataria, justifica-se pela dependência energética e alimentar, pela importância do transporte marítimo para a economia nacional e também pelas crescentes responsabilidades nacionais na segurança cooperativa. O CEDN refere uma continuidade na participação portuguesa em “missões de combate à pirataria, no quadro das suas alianças”. Visa-se uma contribuição “para a segurança dos recursos comuns do planeta” e uma cooperação com os “Estados de língua portuguesa, nomeadamente no âmbito do Acordo de



Defesa da CPLP”, no desenvolvimento “de ações de SM e de combate a esta ameaça” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, 2013).

O Conceito Estratégico Militar (CEM) identifica a pirataria como uma ameaça que afeta rotas comerciais vitais para Portugal e influencia o ambiente estratégico militar, estabelecendo a segurança cooperativa como cenário de emprego das Forças Armadas (FFAA). Define que Portugal deve adotar uma postura coordenada com a comunidade internacional, com a projeção e permanência em áreas afetadas por períodos alargados (Conselho de Chefes de Estado-Maior [CCEM], 2014a).

Alinhadas com o CEM, as Missões das FFAA definem a missão n.º M4.1, no âmbito da segurança cooperativa – “Operações e missões no âmbito de acordos bilaterais e multilaterais”, com a participação em “operações e missões num quadro de acordos bilaterais ou multilaterais”, contribuindo “para a promoção da paz e da segurança internacional, incluindo a segurança de linhas de comunicação estratégicas” (CCEM, 2014b, p. 7).

A Diretiva Estratégica do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA), apresenta igualmente a pirataria como uma ameaça (EMGFA, 2018, p. 17). Esse documento identifica como potencialidades: o reconhecimento internacional do valor das FFAA portuguesas (nomeadamente no quadro das Nações Unidas, *North Atlantic Treaty Organization* (NATO), UE e CPLP) e a capacidade de comandar forças e operações multinacionais. A importância das relações bilaterais, multilaterais e da cooperação interagências é referida como uma oportunidade. Estabelece, assim, como objetivo estratégico o incremento do contributo das FFAA para a ação externa da Defesa Nacional, procurando-se incrementar o seu empenhamento em missões e operações nos quadros das organizações integradas por Portugal, bem como outras parcerias bilaterais e multilaterais, em linha com as orientações políticas. O efeito pretendido com este objetivo é “aumentar a credibilidade das FFAA e afirmar Portugal como coprodutor de segurança internacional” (EMGFA, 2018, p. 20).

Em março de 2014, a UE promulgou a sua estratégia para o GdG (European Union, 2014a) em linha com a sua estratégia de SM (European Union, 2014b), onde reconhece que as dificuldades no controlo da segurança das águas costeiras e dos acessos à costa pelos EdGdG, constituem um risco para esses estados e para a própria UE. Esta estratégia visa a ação da UE observando três princípios: parcerias com os EdGdG, organizações regionais (CGG, CEEAC, CEDEAO) e internacionais (ex: IMO, INTERPOL); uma abordagem abrangente no sentido de enquadrar as questões de segurança, desenvolvimento e



governança num único enquadramento estratégico e a aplicação de lições aprendidas noutras regiões, nomeadamente no corno de África. Para concretizar estes objetivos, a UE emitiu o Plano de Ação do GdG para o período 2015-2020, centrado no incremento de negociações regulares com organizações regionais como a CEEAC, CEDEAO e CGG (European Union, 2014c).

Em agosto de 2019, a UE considerou a implementação de um conceito de Presenças Marítimas Coordenadas (PMC) (SAFETY4SEA, 2019), que foi lançado em janeiro de 2021 (UE, 2021). Trata-se de um projeto piloto que visa a presença voluntária de UN dos Estados membros, sob o Comando operacional destes, em áreas de interesse estratégico para a UE. O principal objetivo das PMC será a partilha de informação, a cooperação marítima internacional e a colaboração com os Estados regionais (SAFETY4SEA, 2019). O Comandante Paulo Ângelo (entrevista por email, 20 de abril de 2021) considera que este projeto, operacionalizado pela primeira vez com uma UN portuguesa em 2021, tem uma ambição limitada, considerando o seu cariz não obrigatório e a ausência de indicadores ou metas. Contudo, e ainda assim, considera-se, neste estudo, uma oportunidade para as IP.

Na presidência do G7++FoGG em 2016, Portugal promoveu a criação de sinergias entre as atividades deste Grupo e da CPLP, visando o apoio dos estados na região e da AdY, bem como a contribuição para o fortalecimento dos “objetivos estratégicos definidos pelo G7 e pela UE, conforme previsto na estratégia da UE para o GdG e respetivo plano de ação” (Marques, 2018).

Contudo, a DGPDN considera necessário interagir e priorizar com outras iniciativas desenvolvidas na região, nomeadamente entre EUA, França, Espanha e Dinamarca, com uma partilha aberta de informação em que o grupo G7++FoGG assume relevância (DGPDN, 2019).

2.1.8 IP contribuintes para a SMGdG

A atual contribuição de Portugal no âmbito da SMGdG tem sido materializada através da IMA e da presença permanente do NRP *Zaire* em STP.

Segundo Ribeiro (2020), a Marinha realiza a IMA desde 2008, com o empenhamento de UN em ações de cooperação no domínio da Defesa, com Estados parceiros da CPLP, no apoio ao desenvolvimento de uma cultura e da capacitação da SM. Após a assinatura do *Código de Yaoundé*, a IMA adotou um novo conceito em 2015, de forma a acompanhar o crescente envolvimento internacional na SMGdG. Passou então a englobar um conjunto de ações no âmbito da SM tais como: “a capacitação em ações de vigilância, fiscalização e

vistoria no mar, através da realização de exercícios conjuntos; o embarque de elementos das marinhas dos países visitados”; a divulgação para a criação de uma cultura marítima, “através da realização de palestras e conferências”, “promovendo visitas a bordo de diversas organizações e instituições locais”. Outro papel relevante da IMA é o “apoio a ações externas do Estado”, tais como visitas de altos responsáveis políticos, ou às representações diplomáticas nacionais (Ribeiro; 2020).

Em janeiro de 2018, enquadrado por um Acordo Bilateral de Cooperação entre Portugal e STP (Resolução da Assembleia da República n.º 97/2014, 2014), pelos Estatutos da CPLP (2007) e ao abrigo de um Memorando de Entendimento entre o Ministério da Defesa Nacional (MDN) e o Ministério da Defesa e Administração Interna de STP (MDN, 2018), foi estabelecida a permanência do NRP *Zaire* nesse país (Figura 6), com a missão de garantir o reforço do exercício da autoridade do Estado de STP no mar e uma capacidade operacional inicial de fiscalização marítima da sua Guarda Costeira (GC) (Estado-Maior da Armada, 2018). Esta missão envolve o “treino e operação conjunta”, a “manutenção do navio, o melhoramento das infraestruturas de apoio” e a “elaboração de legislação enquadrante para o exercício da autoridade do Estado no mar”, traduzindo-se num conceito inovador. Neste contexto, e em complemento com a missão principal do *Zaire*, equipas de peritos portuguesas têm apoiado à elaboração de legislação com juristas da Autoridade Marítima Nacional; a instrução em abordagem a navios com os fuzileiros; a formação naval de base com especialistas da Escola de Tecnologias Navais e a avaliação dos progressos alcançados com a capacitação da GC de STP, com equipas do Centro Integrado de Treino e Avaliação Naval. A guarnição do navio é mista, com militares portugueses e santomenses (Ribeiro, 2019).



Figura 6 – NRP *Zaire* em STP

Fonte: Lusa (2020).



2.2 Modelo de análise

Quadro 1 – Modelo de Análise

Enunciado	A segurança marítima cooperativa no Golfo da Guiné.							
Domínio da Investigação	Domínio	Ciências Militares						
	Área	Estudo das Crises e dos Conflitos Armados						
	Subáreas	Planeamento Estratégico Militar e Prospetiva Estratégica Militar						
Objeto de Estudo	A SMGdG, num quadro de cooperação entre Portugal e os diversos atores que atuam nesse espaço.							
Delimitação	Espaço	GdG, na linha de costa que vai desde o Senegal até Angola.						
	Tempo	Período 2015-2020.						
	Conteúdo	Dados sobre PRA no mar, assim como as IP para a SMGdG e outras relevantes para Portugal, com foco na utilização de UN.						
Objetivo Geral	Analisar o contributo da cooperação portuguesa no domínio da SMGdG, para uma SMCGdG?							
Questão Central	Em que medida a cooperação portuguesa no âmbito da SMGdG pode contribuir para uma SMCGdG?							
Objetivos Específicos	Questões Derivadas	Conceitos	Dimensões	Indicadores	Variáveis	Técnicas de recolha de dados	Estrutura	
OE1: Caracterizar as atuais ameaças à SMGdG.	QD1: Como se caracterizam as atuais ameaças à SMGdG?	SM	Ameaça à SMGdG	Ataques	Frequência	Prioridade: análise documental; Complemento: entrevistas semi-estruturadas	Sub-capítulo 4.1	
		GdG			Gravidade			
					Incidência geográfica			
OE2: Analisar as IP no âmbito da SMCGdG.	QD2: Quais os resultados das IP no âmbito da cooperação para a SMGdG?	SM	IP	Fraquezas	Articulação	Prioridade: análise documental; Complemento: entrevistas semi-estruturadas	Sub-capítulo 4.2	
		SM cooperativa		Forças				
		GdG			Articulação			
		SM	Iniciativas estrangeiras	Ameaças às IP				Articulação
		SM cooperativa		Oportunidades				



3. Metodologia e método

3.1 Metodologia

A metodologia desta investigação basear-se-á nas Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação (Santos et al., 2019) e cumprirá com as Normas de Execução Permanente (NEP) do Instituto Universitário Militar (IUM), aplicáveis aos trabalhos de investigação realizados neste estabelecimento: NEP/INV – 001(A1) e NEP/INV – 003. De acordo com essas normas, esta investigação foi desenvolvida no formato de artigo científico.

Face ao objeto de estudo, o investigador assume um posicionamento ontológico construtivista, considerando que “os fenómenos sociais são produzidos com base nas interações entre atores sociais e entre estes e a envolvente”, mantendo-se em constante revisão (Bryman, 2012). Assim, nas relações sociais, não existe um “conhecimento global”, verificando-se apenas “versões específicas, dependentes do indivíduo, do meio e do tempo” (Santos et al., 2019, p. 16). Do ponto de vista epistemológico, abordar-se-á a investigação numa posição interpretativista, considerando-se que o mundo social é “formado por indivíduos e pelas suas interações” e rejeitando uma abordagem através dos “princípios, ferramentas e técnicas das ciências naturais” (Santos et al., 2019, p. 18). Considera-se que a realidade é moldada e simultaneamente molde, o conhecimento é derivado da investigação e, mais do que explicar ou identificar uma relação causa-efeito (determinística ou probabilística), visa-se a compreensão “do processo específico do fenómeno estudado” (Morgan & Smircich, 1980).

O raciocínio utilizado será o indutivo, na medida em que o investigador desenvolve conceitos, chegando à compreensão dos fenómenos a partir de padrões encontrados nos dados, a fim de responder às QD e, consequentemente, à QC.

Em função da natureza e complexidade do problema a estudar, será adotada uma estratégia de investigação qualitativa, assumindo-se “uma relação indissociável entre o mundo real e a subjetividade do sujeito”. Além disso a “pesquisa incidirá essencialmente em valores, crenças, hábitos, atitudes e opiniões” (Santos et al., 2019, p. 27). Segundo Sousa e Baptista (2011, pp. 56–57), destacam-se algumas das características atribuídas à investigação qualitativa, que serão aplicadas nesta investigação: a análise indutiva dos dados; a natureza holística da investigação, tendo em consideração a complexidade da realidade; a importância do significado, procurando-se compreender os sujeitos de investigação (participantes) a partir dos quadros de referência atribuídos aos acontecimentos,

às palavras e aos objetos; a flexibilidade do plano de investigação, considerando o dinamismo dos sistemas estudados; a utilização de procedimentos interpretativos, não experimentais, privilegiando-se a análise do conteúdo; a produção de dados descritivos a partir de documentos, de entrevistas e da observação não participante.

O desenho da pesquisa será o estudo de caso, em que o investigador procura analisar um determinado fenómeno e o seu contexto. Esta investigação adotará outras características fundamentais de um estudo deste tipo, segundo Freixo (2011, pp. 111–112): o carácter descritivo do fenómeno e a interpretação holística na análise da realidade.

3.2 Método

3.2.1 Participantes e procedimentos

Com o objetivo de confirmar e complementar os dados obtidos da análise documental, foram realizadas entrevistas⁷ a reconhecidos especialistas do objeto de estudo, nomeadamente o Dr. Tiago Lemos, Assessor da DGPDN para os assuntos dos EUA e África Subsariana; o Comandante Eduardo Godinho da Área de Operações do Comando Conjunto para as Operações Militares (CCOM); o Comandante Amílcar Braz, Oficial Adjunto de Planos do CCOM; o Comandante Miguel Algarvio, Chefe da Divisão de Operações do Comando Naval (CN), a Comandante Cátia Ferreira, Chefe da Secção de Coordenação de Navios Auxiliares da Direção de Navios, o Almirante Narciso Júnior, Diretor Executivo do CIC e o Comandante Paulo Ângelo, Coordenador da missão de fiscalização conjunta e capacitação operacional marítima da GC de STP.

3.2.2 Instrumentos de recolha de dados

Nesta investigação, recorreu-se à análise documental e a entrevistas semiestruturadas como instrumentos de recolha de dados. A observação foi não participante, não tendo havido interferências do investigador no objeto de estudo (Freixo, 2011, p. 196 ; Santos et al., 2019, pp. 74–75).

3.2.3 Técnicas de tratamento de dados

Será realizada uma síntese dos elementos recolhidos no decurso da investigação, no subcapítulo 4.3, através de uma matriz SWOT (*strengths, weaknesses, opportunities and threats*) ou forças, fraquezas, oportunidades e ameaças (Sammut-Bonnici & Galea, 2017). Essa ferramenta permitirá analisar as IP e encontrar elementos contributivos das mesmas para a SMCGdG, mediante o cruzamento dos seus ambientes interno e externo.

⁷ Os resumos das entrevistas encontram-se no Apêndice C.

4. Apresentação dos dados e discussão de resultados

4.1 Caracterização da pirataria e roubo armado no GdG

Considerando o conceito de SM definido, a ameaça que se verifica no GdG são os incidentes de PRA, estando estes associados a outro tipo de ilícitos, perpetrados pelos mesmos atores. Tais ataques envolvem o roubo de carga e a realização de raptos das tripulações para a obtenção de resgates. A agressividade dos ataques está a aumentar, com o sequestro de navios e tripulações e um robustecimento do tipo de armas utilizadas: armas ligeiras, metralhadoras e lançadores de granadas com foguete (ver Quadro 4 e Quadro 5 do Apêndice B) (Marques, 2018).

As consequências destes incidentes implicam custos financeiros adicionais consideráveis, relacionados com o desvio de carga, o empenhamento de UN, o pedido de resgates e a adoção de medidas preventivas pelos navios, como o aumento da velocidade e das distâncias percorridas. Outra consequência são os efeitos nas próprias vítimas, especialmente quando raptadas e sujeitas a todo o tipo de violência (Stable Seas, 2020).

Os últimos dados disponíveis na IMO (zona sombreada da Figura 7) e no IMB, confirmam um aumento desta ameaça, em águas internacionais e territoriais do GdG, no período 2015-2020, sendo até referido pela *Central Intelligence Agency* (2020).

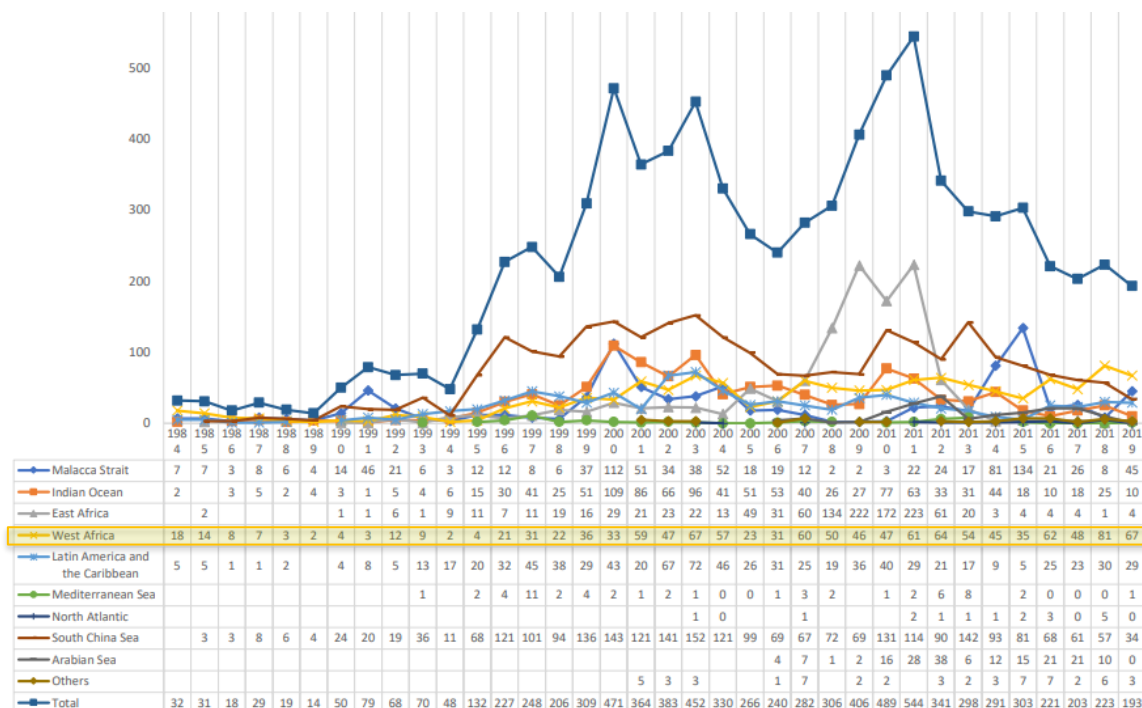


Figura 7 – Estatística anual de incidentes ocorridos desde 1984

Fonte: IMO (2020).

Para auxiliar a caracterização da evolução da ameaça, procedeu-se a um resumo anual da região do GdG, no Apêndice B, baseado nos relatórios da IMO e do IMB para o período

2015-2020. Neste resumo pode-se verificar que o GdG passou a ser a zona do globo mais afetada pela PRA.

A Figura 8 ilustra a distribuição geográfica dos incidentes de PRA no GdG, no período 2016-2019. Verifica-se uma dispersão dos ataques, em que alguns ocorrem em águas internacionais, fora da faixa das 12 mn da costa. A ampliação no canto inferior esquerdo aponta para uma maior concentração de incidentes nas costas da Nigéria e Camarões, abrangendo a zona de coordenação regional D da AdY, que inclui STP.

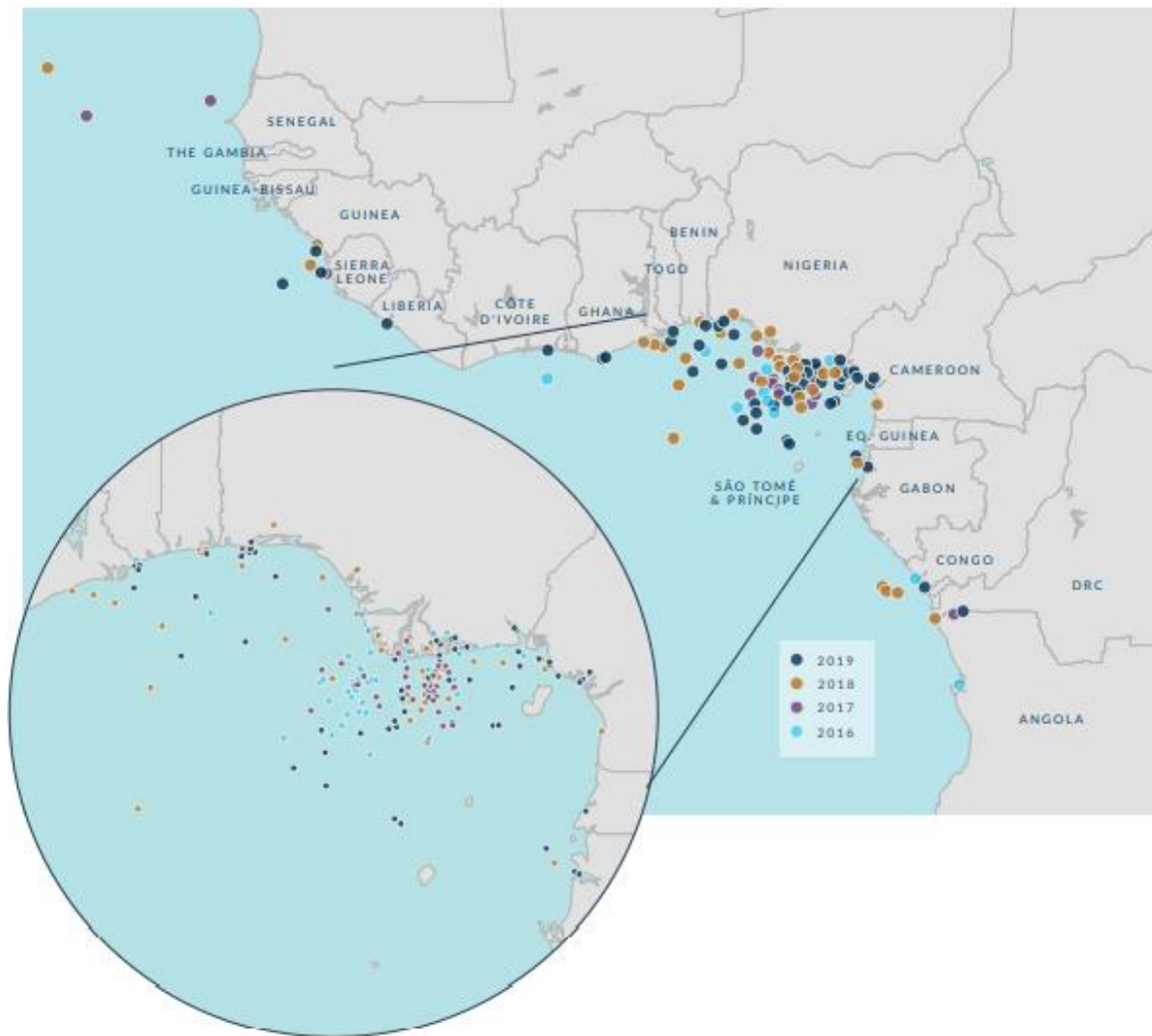


Figura 8 – Incidentes no período 2016-2019

Fonte: Okafor-Yarwood et al. (2020).

Da análise documental realizada, não se retiram elementos que estabeleçam uma causalidade da evolução do número de incidentes no período estudado. Contudo, o aumento de incidentes e dos raptos de tripulantes neste período, verificou-se após uma diminuição significativa do preço do petróleo, em 2015 (Figura 9). Já em 2020, com a situação de pandemia e com o consequente abrandamento da economia mundial, registou-se uma

diminuição do número de navios no GdG, assim como nova diminuição do preço do petróleo (Figura 9). Estes fatores coincidiram com um aumento do número e dispersão de incidentes. Verifica-se, assim, uma possível correlação entre o aumento da ameaça com raptos de tripulantes e a necessidade de obtenção de rendimentos por atores que se dedicavam a outro tipo de ilícitos, antes considerados mais rentáveis, como o roubo de petróleo, por exemplo.



Figura 9 - Cotação do petróleo Brent em dólares norte-americanos

Fonte: Adaptado a partir de IFCM Brasil (2021).

Respondendo-se à QD1 e cumprindo-se com o OE1, conclui-se que, além do aumento do número de incidentes no período 2015-2020, com especial incidência no último ano, as suas características alteraram-se. Registou-se uma evolução do armamento utilizado, atingindo-se a preponderância das armas de fogo (Quadro 4 do Apêndice B) e uma alteração do *modus operandi* dos agressores, com a generalização dos sequestros de navios e raptos de tripulantes com pedidos de resgate (Quadro 5 do Apêndice B), baseados num complexo modelo de negócio, caracterizado na Figura 10 (Center for Maritime Law and Security [CEMLAWS], 2020).

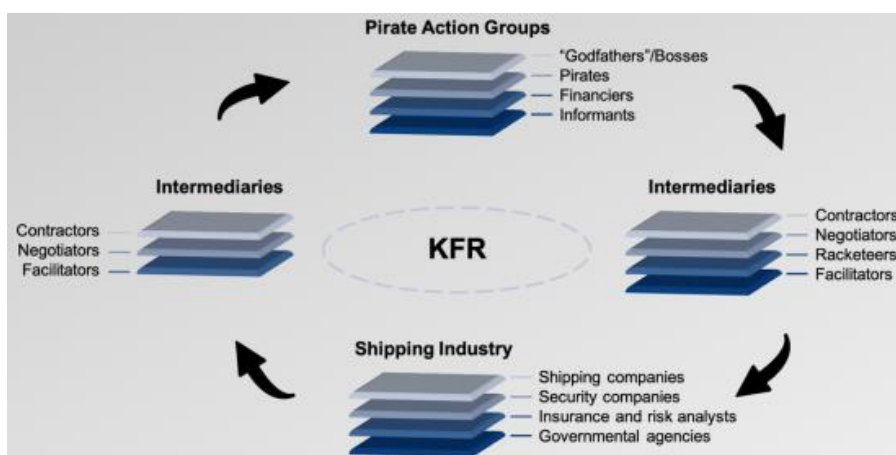


Figura 10 – Modelo de negócio dos raptos para resgate

Fonte: CEMLAWS (2021).

Verificou-se também um maior afastamento dos incidentes para águas internacionais (Figura 11), sendo um sintoma do aumento das capacidades dos piratas, especialmente no ano 2020⁸.

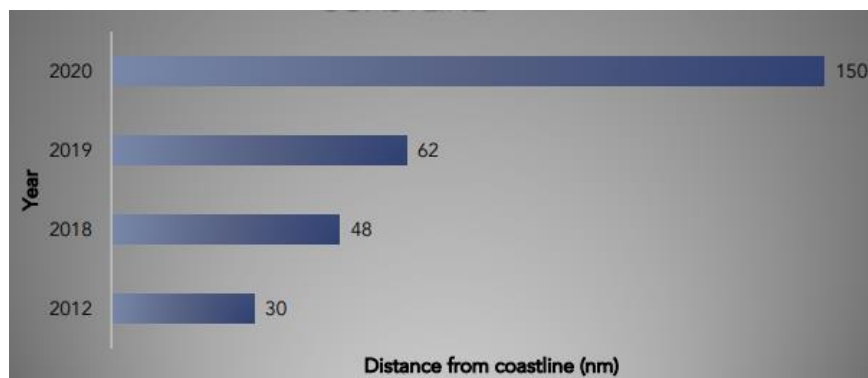


Figura 11 – Média anual da distância à costa dos locais dos ataques
Fonte: CEMLAWS (2021).

Além dos ataques realizados contra navios de bandeira europeia, foram registados seis contra navios de bandeira portuguesa, no período considerado (IMB, 2020; IMB, 2021). Verifica-se, assim, um aumento destes incidentes numa área extensa, dentro e fora de águas territoriais, num contexto complexo, que só se afigura possível enfrentar num quadro de SM cooperativa. Na Figura 12 identificam-se as zonas de maior risco de incidentes em 2020, em que a Zona Económica Exclusiva (ZEE) de STP (Figura 13) está inserida numa zona de alto risco.

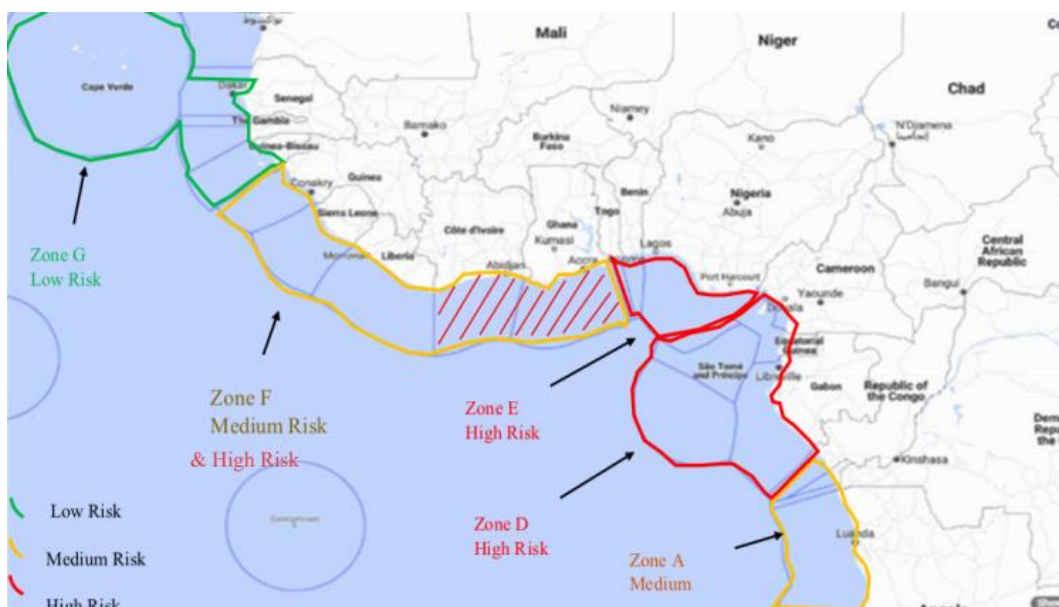


Figura 12 - Zonas de risco de incidentes em 2020
Fonte: CEMLAWS (2020).

⁸ Também confirmado pelo Comandante Paulo Ângelo

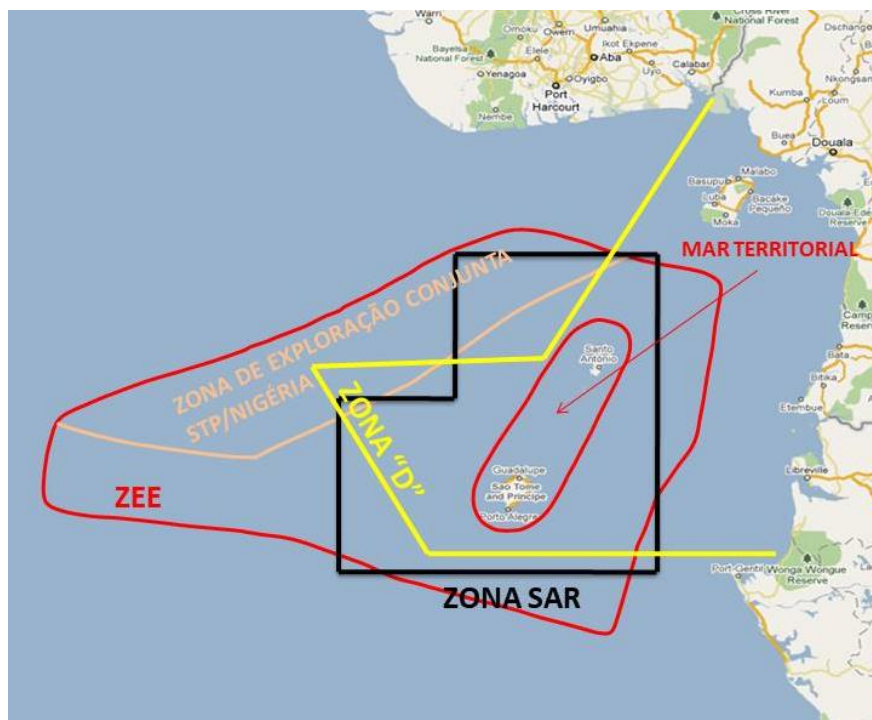


Figura 13 – O espaço marítimo de STP com áreas de responsabilidade
Fonte: Ângelo (2021).

Esta caracterização dos incidentes no GdG revela a ineficácia das medidas para a SMGdG, no período considerado. Por outro lado, justifica a importância da presença de UN e do esforço de Portugal, com ênfase na ZEE de STP. Infere-se, assim, uma relevância crescente deste esforço para a credibilidade de Portugal como promotor de SM na região.

4.2 Análise das IP para a SMCGdG

Com o desenvolvimento deste subcapítulo pretende-se responder à QD2 e cumprir com o OE2, procurando analisar as IP para a SMCGdG, tendo em vista os seus resultados em relação à ameaça.

Ambas as IP - IMA e projeto do NRP *Zaire* - têm o Comando Operacional do CCOM-EMGFA e o Controlo Operacional do CN (Algarvio, 2021). O Comandante Paulo Ângelo (*op.cit.*), e o Comandante Miguel Algarvio (entrevista por email, 26 de abril de 2021) referem a contribuição das IP para a dissuasão da PRA no GdG. Segundo o Comandante Amílcar Braz do CCOM (entrevista por email, 19 de novembro de 2020), é efetuada uma articulação da IMA com outras iniciativas no GdG⁹, com o aproveitamento de sinergias. Refere ainda que o conceito piloto das PMC será acompanhado com grande interesse e integrado por Portugal. Relativamente a este conceito, o Dr. Pedro Seabra menciona que este será apenas integrado por países da UE, pelo menos inicialmente, sendo ainda um projeto

⁹ Através de oficiais de ligação espanhóis, franceses e do US AFRICOM.

experimental. O objetivo será o fomento da partilha de informações entre os Estados membros que o integram, mantendo-se a relevância da articulação com outras iniciativas na região (Altieri et al., 2021).

4.2.1 Iniciativa *Mar Aberto*

O Comandante Amílcar Braz (*op.cit.*) refere que a IMA, tem permitido a Portugal dispor, por longos períodos, de meios empenhados na costa ocidental de África, realizando missões de cooperação e capacitação de EdGdG, bem como a participação em diversos exercícios navais na região. Contudo, esta missão não se tem destinado ao combate à PRA. O principal objetivo desta Iniciativa é a PN para, entre outros compromissos, o apoio a atividades diplomáticas, assim como a participação de exercícios navais e atividades de treino combinado (Algarvio, 2021). No período 2015-2019, a Iniciativa realizou-se com base bianual, tendo visitado diversos portos do GdG, alguns mais que uma vez por ano (ver Figura 14), com o emprego de diversas UN com capacidades distintas: fragatas, patrulhas oceânicos e navios hidro-oceanográficos. Essas UN participaram em diversos exercícios internacionais e interações com Marinhhas estrangeiras, nomeadamente o *Saharan Express* e o *Obangame Express* (Apêndice A e Apenso A). Contudo, os navios hidro-oceanográficos, sendo UN não combatentes, destinam-se especialmente a tarefas de âmbito científico para a atualização da cartografia náutica.

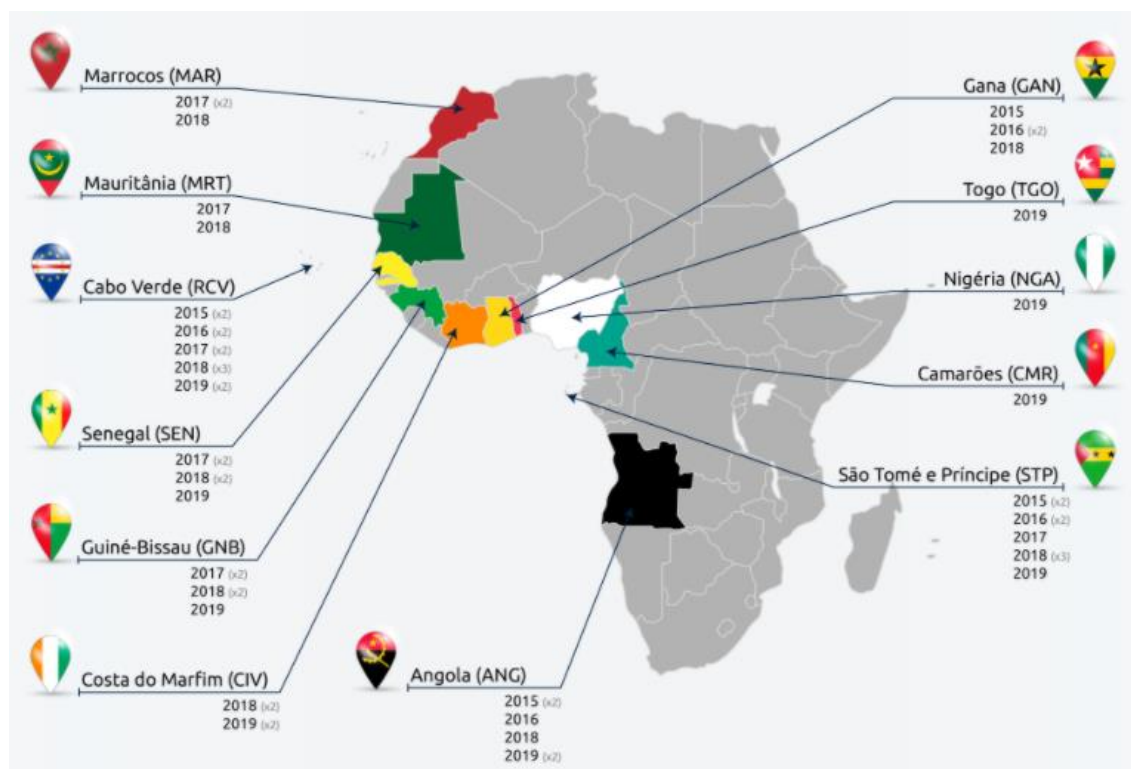


Figura 14 – Ações da IMA em África no período 2015-2019

Fonte: Ribeiro (2020)



4.2.2 NRP *Zaire*

Segundo o Comandante Eduardo Godinho do CCOM (entrevista por email, 17 de novembro de 2020) a presença do NRP *Zaire*¹⁰ em STP tem permitido uma capacitação em permanência da GC desse país, assim como a realização de missões de busca e salvamento, de dissuasão à PRA e a fiscalização conjunta da ZEE de STP que, de acordo com o capítulo anterior, se situa numa zona de alto risco. A presença do *Zaire* visa sobretudo o reforço da confiança mútua e da consciencialização sobre a importância da SM, o apoio do desenvolvimento da legislação e governança marítima, o apoio da edificação da capacidade operacional da GC de STP e a realização de atividades de fiscalização marítima.

Como referia o Almirante Silva Ribeiro (2019), desde o início do projeto, o navio já tinha realizado 20 missões de fiscalização conjuntas e sete vistorias a navios, bem como participado em exercícios internacionais (ver Apenso B). O sucesso do *Zaire* deve-se a um elevado nível de confiança mútua entre Portugal e STP, devido ao excelente relacionamento político-militar entre os dois países.

O *Zaire* foi empenhado duas vezes no auxílio a navios sob ataque de pirataria, até ao final de 2020, conforme referido no Apenso B: ao porta-contentores *MAERSK TEMA*¹¹, 102 mn a Noroeste de STP e ao navio de transporte *ZHEN HUA 7*, a 78 mn a Noroeste de Neves, STP (Apenso B).

O Comandante Paulo Ângelo reforça a capacitação constante da GC de STP, proporcionado pelo *Zaire*, através de uma guarnição mista, com militares portugueses e santomenses. Acrescenta que é atualmente a única UN disponível para a GC em STP, constituindo-se relevante politicamente (*op.cit.*).

No plano diplomático, a missão do *Zaire* em STP “tem despertado o interesse das Embaixadas e Marinhas da Alemanha, Angola, Brasil, EUA, França e Nigéria”, manifestado pela solicitação de visitas ao navio e de informações sobre a missão. Tem sido mesmo sugerida a colaboração com este projeto, “designadamente pelas Marinhas do Brasil e dos EUA” (apontamento da DGPDN, de julho de 2020). A ação do *Zaire* foi recentemente elogiada pela RPC que reconheceu a importância da sua atuação (Fonseca, 2020).

4.2.3 Fraquezas das IP

As Diretivas Estratégicas do EMGFA (2018) e da Marinha (2018), identificam fragilidades que influenciam as IP: falta de meios nas capacidades da componente

¹⁰ Doravante designado unicamente por *Zaire*.

¹¹ Quando chegou ao local os atacantes já tinham abandonado a área.



operacional do Sistema de Forças; dificuldade de recrutamento, retenção e envelhecimento dos militares; envelhecimento acentuado da esquadra; redução da manutenção, do treino e dos períodos de navegação das UN, afetando a respetiva prontidão. Segundo a Comandante Santiago Ferreira, algumas destas vulnerabilidades, assim como a atual situação de pandemia, resultaram na saída tardia da unidade naval destinada à IMA em 2020, por indisponibilidade operacional do navio que se encontrava designado (entrevista por email, 18 de fevereiro de 2021).

Relativamente ao *Zaire*, este atinge os 50 anos de serviço em dezembro de 2021 (Marinha, 2021). Concomitantemente, é um navio costeiro e, consequentemente, pouco adequado para enfrentar uma ameaça longe de costa (Comandante Paulo Ângelo, *op.cit.*). Além disso, quer pelas características da plataforma, quer devido às valências da sua guarnição, não reúne condições para realizar abordagens não cooperativas. Isso poderá eventualmente acontecer em abordagens a embarcações com reféns a bordo, gerando-se situações de risco de integridade física inaceitáveis (Comandante Miguel Algarvio, *op.cit.*). Finalmente, é um navio com uma guarnição mista, de bandeira portuguesa e não santomense, só podendo operar na ZEE de STP e fora da zona de exploração conjunta entre STP e a Nigéria (Figura 13) (Resolução da Assembleia da República n.º 97/2014, 2014).

A IMA, tem como objetivo principal a PN no GdG, com o apoio a atividades diplomáticas em diversos Estados do GdG, envolvendo também a participação de exercícios navais e atividades de treino combinado. Apesar de ter a possibilidade de realizar acompanhamentos de navios mercantes, numa base de oportunidade, a IMA não se destina prioritariamente à SMGdG (Comandante Algarvio, *op.cit.*), sendo por vezes empenhados navios não combatentes, inadequados para enfrentar ameaças de PRA.

Adicionalmente, segundo o Contra-almirante Narciso Fastudo Junior, verifica-se uma ausência de articulação das IP com a AdY (entrevista por email, 03 de março de 2021). Infere-se que esta decorre do carácter bilateral das IP, com exceção no multilateralismo verificado para efeitos da participação em exercícios navais e PMC.

4.2.4 Ameaças às IP

Com vista a uma SMCGdG, as IP enfrentam ameaças relacionadas com desafios referidos no sub-subcapítulo 2.1.6 e no subcapítulo 4.1. Alguns fenómenos, tais como a multiplicidade de atores e de acordos bilaterais desarticulados entre si, são identificados pela DGPDN, pelos Dr. Tiago Lemos (*op.cit.*), Dr. João Seabra e Comandante Paulo Ângelo (*op.cit.*). Outro desafio é a informalidade das relações bilaterais, referida pelo Dr. João

Seabra. O aumento da frequência e violência dos ataques e o alastramento e dispersão dos mesmos para águas internacionais, com um aumento das capacidades dos piratas, constituem também ameaças às próprias IP.

Adicionalmente, e em linha com o referido por Marques (2018) no sub-subcapítulo 2.1.6, o Comandante Paulo Ângelo identifica várias ameaças às IP no GdG (*op.cit.*):

- O lento progresso da AdY, em parte devido à falta de enquadramento legislativo e judicial. Existe uma falta de harmonização legal entre os EdGdG que a integram, traduzindo-se numa falta de instrumentos legais, que habilitem um procedimento judicial contra os autores dos ataques, por exemplo. A Nigéria constitui-se numa exceção, pois incorporou o CNUDM na sua legislação nacional através do *Suppression of Piracy and Other Maritime Offences Act* (SUPMOA) 2019, tornando efetivos os instrumentos internacionais.
- A falta de partilha de informação, existindo uma profusão de fontes (ex: IMO, IMB, CRESMAO, CRESMAC), mas não uma única entidade que centralize toda a informação no âmbito da SMGdG, o que é sintomático de uma descoordenação entre entidades. Verifica-se, porém, tendências comuns na informação obtida das diversas fontes.

4.3 Contribuição de Portugal para uma SMCGdG





Portugal, Espanha e França foram os únicos países da UE a manter regularmente UN no GdG, no período 2015-2020 (Apêndice A). O reconhecimento e o interesse internacional pela atuação portuguesa no GdG, como o projeto *Zaire*, constitui uma potencialidade, representando um aumento de prestígio para Portugal, reconhecido como coprodutor de SM na região. Apesar das suas fragilidades, essas iniciativas reforçam a posição de Portugal no G7++FoGG, UE e CPLP, sendo alvo de interesse no Sistema Internacional (SI). Com base no ambiente interno – forças e fraquezas – e no ambiente externo – oportunidades e ameaças – das IP, identificadas ao longo deste estudo, procedeu-se à construção de uma matriz SWOT, que se encontra no Quadro 2, a fim de reunir elementos contributivos das IP para uma SMCGdG. Visa-se potenciar as forças e reduzir as fraquezas internas, aproveitando as oportunidades e reduzir o efeito das ameaças externas.

Quadro 2 - Matriz SWOT da contribuição das IP para a SMCGdG

	EFEITOS POSITIVOS	EFEITOS NEGATIVOS
AMBIENTE INTERNO	 FORÇAS (S) S1 – Capacidade de comandar forças e operações multinacionais. S2 – Flexibilidade de atuação das FFAA. S3 – Disponibilidade e capacidade para empenhamentos cooperativos. S4 – Visibilidade e reconhecimento internacional da permanência do NRP <i>Zaire</i> no GdG. S5 – Possibilidades da IMA. S6 – Presença naval dissuasora.	 FRAQUEZAS (W) W1 – Falta de meios nas capacidades da componente operacional do Sistema de Forças. W2 – Dificuldade de recrutamento, retenção e o envelhecimento dos militares. W3 – Redução da manutenção, do treino e dos períodos de navegação das UN. W4 – Limitações do NRP <i>Zaire</i> e da IMA, no combate à PRA. W5 – Falta de articulação com a AdY.
AMBIENTE EXTERNO	 OPORTUNIDADES (O) O1 – Acordos bilaterais e multilaterais, no quadro da UE, G7++FoGG e CPLP. O2 – A estratégia da UE para a SMCGdG, com as PMC. O3 – Exercícios multilaterais no GdG. O4 – Presença de UN francesas e espanholas no GdG.	 AMEAÇAS (T) T1 – Aumento da frequência, dispersão e distância a terra dos ataques, num espaço geográfico extenso. T2 – Falta de enquadramento e harmonização legal. T3 – Falta de partilha e centralização da informação. T4 – Complexidade da cooperação multilateral. T5 – Informalidade das relações bilaterais.

Respondendo-se à QC deste estudo, e através da conjugação dos elementos constantes no Quadro 2, retiram-se elementos contributivos das IP para a SMCGdG, designados conforme o Quadro 3.

Quadro 3 - Designações dos elementos contributivos

	 FORÇAS (S)	 FRAQUEZAS (W)
 OPORTUNIDADES (O)	SO – Tirar partido das forças, aproveitando as oportunidades.	WO – Aproveitar as oportunidades, superando as fraquezas.
 AMEAÇAS (T)	ST – Tirar o máximo partido das forças, reduzindo o efeito das ameaças.	WT – Reduzir o efeito das fraquezas e a exposição às ameaças.

Assim, os elementos retirados foram os seguintes:

- SO1. Continuidade das IP, explorando as suas potencialidades, nomeadamente as inúmeras visitas a EdGdG através da IMA e a sua participação nas PMC, assim como a viabilidade concetual e o carácter permanente do projeto *Zaire* em STP. Concomitantemente, incrementa-se a capacitação dos EdGdG e a participação destas iniciativas nos exercícios navais de âmbito multilateral (sob a égide do US AFRICOM e da França), contribuindo-se para a presença de UN e a interoperabilidade entre as forças navais no GdG.



- SO2. Afigura-se remunerador o aproveitamento do fórum CPLP para a promoção de exercícios navais com EdGdG, sob a égide da própria CPLP.
- SO3. Aproveitar a posição de Portugal na UE e G7++FoGG, para uma participação ativa nas PMC, incrementando o grau de exigência, através da definição de objetivos, indicadores e metas, e a articulação com as iniciativas francesa, espanhola e do US AFRICOM.
- ST1. A formulação de uma estratégia nacional para o GdG, com definição de objetivos e indicadores mensuráveis, procurando um alinhamento com estratégias de outros Estados da UE participantes no G7++FoGG.
- ST2. Continuar a reunir informação dedicada ao GdG, proveniente das diversas fontes, para a validação de tendências das ameaças à SMGdG e respetivos efeitos.
- ST3. Através da capacitação da GC de STP, fomentar a incorporação do CNUDM em STP, facilitando a elaboração de um enquadramento legal, que permita o sancionamento dos perpetradores de PRA em águas de STP.
- WO1. Face às capacidades limitadas dos EdGdG, afigura-se pertinente que as IP mantenham foco na capacitação desses Estados, no quadro da CPLP, aproveitando esse fórum para fomentar patrulhas coordenadas com UN dos EdGdG.
- WO2. Aproveitar a Estratégia da UE para a SMGdG, para o desenvolvimento de uma capacidade de utilização de meios aéreos não tripulados na vigilância marítima do GdG, otimizando as missões das UN.
- WO3. Aproveitar a articulação com as iniciativas francesas, espanholas e US AFRICOM, para continuar a contribuir para essas iniciativas, através da participação de militares portugueses embarcados, como se verifica na operação *Corymbe* (Apêndice A).
- WT1. Definição de prioridades na utilização de UN empenhadas, favorecendo a presença de UN combatentes mais vocacionadas para o combate à ameaça no GdG – fragatas – com equipas habilitadas para abordagens com oposição, apoio médico adequado e meios aéreos embarcados.
- WT2. Face à proveta idade do *Zaire* e à evolução da ameaça à SMGdG, afigura-se pertinente a sua substituição por outra plataforma mais recente, com capacidades mais adequadas para enfrentar a PRA e outros ilícitos, sem, contudo, aumentar a exigência de operação da plataforma, facilitando a capacitação da GC de STP.

5. Conclusões

O GdG é um espaço geográfico com uma vasta zona costeira, onde se situam 19 Estados afetados pela PRA no mar. Reconhecem-se, nessa região, quatro entidades políticas regionais: CEACC, CEDEAO e a CGG, identificadas no espaço geopolítico do GdG; e a UA, de âmbito mais abrangente. Apesar da sua contribuição para a SMGdG, a presença de uma multiplicidade de atores regionais e internacionais, com relações bilaterais com EdGdG desarticuladas entre si, conduz a uma complexidade que afeta negativamente a SMCGdG. Existem também iniciativas multilaterais externas que contribuem para a SMGdG, como a UE e o G7++FoGG, das quais Portugal faz parte.

Na análise realizada, privilegiou-se as iniciativas estrangeiras e internacionais com que Portugal se articula, especialmente as que, tal como Portugal, mantêm uma presença permanente com UN na região. Foram assim considerados os seguintes atores que se articulam com as IP: a UE, que coordena as PMC para a SMGdG; os EUA, com a presença do US AFRICOM, que conduz os exercícios combinados navais anuais *Obangame Express* e, finalmente, Espanha e França, que mantêm, permanentemente, UN navais na região, sendo que a última conduz igualmente exercícios navais combinados. Portugal intervém ainda na CPLP, uma organização com cinco Estados presentes no GdG, com uma estratégia própria para os oceanos e, portanto, numa posição privilegiada para contribuir para a SMCGdG.

Esta investigação seguiu um raciocínio indutivo, assente numa estratégia de investigação qualitativa, consubstanciada num desenho de pesquisa estudo de caso. A partir dos conceitos estruturantes de SM e SM cooperativa, aplicadas ao GdG, foi construído um modelo de análise, definindo-se dimensões, indicadores e variáveis, de forma a estruturar o estudo das ameaças à SM e das iniciativas para a SM na região. Procurou-se compreender o fenómeno da PRA e os atores presentes, assim como analisar as IP, através de padrões encontrados nos dados. Estes foram obtidos primariamente pela análise documental e, posteriormente, confirmados e complementados com entrevistas semiestruturadas. Os dados foram depois sintetizados e agrupados numa matriz SWOT, que habilitou uma análise conjugada do ambiente externo e interno das IP, a fim de se extraírem elementos contribuintes para uma SMCGdG.

No subcapítulo 4.1 caracterizou-se a PRA no GdG, no período 2015-2020, em que a região passou a ser a zona do mundo mais preocupante relativamente a esta ameaça, com uma complexidade crescente. Verificou-se que a ameaça à SMGdG se tornou mais frequente e violenta, mas também dispersa geograficamente e cada vez mais afastada de costa, estando

a ZEE de STP numa zona de alto risco. Tem implicado custos financeiros consideráveis, relacionados com pedidos de resgate, medidas preventivas dos navios mercantes e o empenhamento de UN. Nos últimos anos, registou-se uma evolução do *modus operandi* dos atacantes, com a realização de ataques com sequestros de navios e raptos de tripulantes, envolvendo pedidos de resgate avultados. Este *modus operandi* assenta num modelo de negócio complexo, em que o valor reside na tripulação dos navios e não na carga transportada. Em resumo, pode concluir-se que existe um aumento das capacidades dos atacantes, face a uma ineficácia das inúmeras medidas para a SMGdG, protagonizadas por uma profusão de atores. Trata-se de um contexto complexo, só possível enfrentar num quadro de SM cooperativa. Este facto justifica a importância das IP para a promoção da SMCGdG. Infere-se que, apesar dos constrangimentos identificados, Portugal poderá contribuir para esse desiderato, retirando benefícios dessas iniciativas, como um dos poucos Estados externos ao GdG que mantêm permanentemente UN na região, sendo, consequentemente e justificadamente, reconhecido com um coprodutor de SM.

No subcapítulo 4.2 analisaram-se as IP, identificando-se potencialidades e fragilidades, assim como as ameaças e oportunidades do ambiente externo onde se inserem, tendo em vista a sua incrementação como contributo para a SMCGdG e para a dissuasão da PRA. O projeto *Zaire* tem a potencialidade de uma presença permanente e dissuasora no GdG, vocacionada para a capacitação da GC de STP, através da operação de um navio com uma guarnição mista, assumindo relevância política. Contudo, possui fragilidades estruturais, que limitam a sua atuação no combate direto à PRA, tais como as suas capacidades e a limitação geográfica da sua atuação. Já a IMA envolve a PN portuguesa de uma forma regular, não permanente, produzindo um efeito dissuasor, que contribui para a SM na região. Contudo, apresenta outro foco que não o combate à PRA, podendo eventualmente ser utilizada no acompanhamento de navios mercantes.

Finalmente, no capítulo 4.3, reuniram-se elementos contributivos das IP para uma SMCGdG, com uma análise do ambiente interno e externo, através de quatro processos: aproveitamento das oportunidades que melhor se adaptam às forças; superação das fraquezas de forma a aproveitar as oportunidades; aproveitamento das forças de forma a reduzir as ameaças externas e redução do efeito das fraquezas na exposição às ameaças. Os elementos contributivos encontrados, decorrentes deste estudo, que se traduzem em recomendações para as IP, foram: a continuidade das IP, explorando as suas potencialidades, através da priorização da utilização de UN combatentes, com a substituição do *Zaire* por outra

plataforma mais recente e capacitada para enfrentar a ameaça; o aproveitamento do fórum CPLP para a promoção de exercícios navais com EdGdG, com foco na capacitação desses Estados, aproveitando para fomentar patrulhas coordenadas com UN dos EdGdG; a formulação de uma estratégia nacional para o GdG e a participação ativa nas PMC, com uma definição de objetivos e indicadores mensuráveis, num alinhamento com estratégias de outros Estados da UE participantes no G7++FoGG; a continuidade da cooperação com iniciativas estrangeiras com que Portugal se articula, através do embarque de militares nessas UN; a reunião e processamento de informação dedicada à SMGdG, para a validação de tendências das ameaças e respetivos efeitos; o fomento da incorporação do CNUDM em STP, de forma a permitir o sancionamento dos perpetradores de PRA nas águas de STP; e o aproveitamento da Estratégia da UE para a SMGdG, para o desenvolvimento de uma capacidade de utilização de meios aéreos não tripulados na vigilância marítima do GdG.

Este estudo permitiu uma análise da ameaça à SMGdG e das IP, dando origem a uma nova perspetiva de como estas poderão ser potenciadas, no âmbito da SMCGdG. Conclui-se que o instrumento militar operacionalizado pelas IP no GdG, necessita de ser reforçado com o instrumento legal, de forma a permitir o sancionamento dos perpetradores dos ataques e, consequentemente, uma utilização mais adequada das IP no combate à PRA. O estudo permite também antever um desafio para as IP no GdG nos próximos anos. Este consiste em potenciar as IP no GdG, de forma que estas possam dar uma resposta dissuasora e credível a este tipo de ameaça, aos olhos da comunidade internacional, privilegiando a relevância da presença portuguesa. Tal deve ser feito, tendo em conta as limitações das próprias IP, evitando riscos inaceitáveis, dos quais possam resultar violações à integridade física dos intervenientes. Fica aqui patente a fragilidade atual do instrumento militar quanto à sua atuação, face aos riscos existentes, independentemente do tipo de UN que venha a ser utilizado.

Como limitação a esta investigação, identificou-se uma profusão de informação existente sobre o tema, associada à limitação da dimensão imposta para este trabalho, o que obrigou a uma delimitação rigorosa e exigente do objeto de estudo. Desta forma desconsideraram-se outros aspetos que merecessem, eventualmente, um estudo mais aprofundado e mais abrangente, como por exemplo a inclusão do primeiro quadrimestre do ano 2021 ou de uma possível interferência da NATO, por exemplo, embora alguns dos dados estivessem indisponíveis à data imposta para a conclusão deste trabalho. A impossibilidade de entrevistar o Almirante Gouveia e Melo, atual diretor do plano de vacinação nacional,



constituiu outra limitação. Este desempenhou um papel importante na génese do projeto *Zaire* em STP e poderia ter dado mais informações sobre os fatores que tiveram na sua génese.

Como propostas para investigação futura propõe-se um estudo mais aprofundado sobre os fatores evolutivos¹² da ameaça no GdG. Sugerem-se também outros estudos sobre a aplicação do conceito do projeto *Zaire* noutros EdGdG, assim como sobre o enquadramento legal necessário para uma melhor operacionalização das IP em STP.

¹² Número de incidentes, zonas geográficas de maior incidência, tipos de ataques, *modus operandi*, equipamento, armamento, meios utilizados e tendências.



Referências bibliográficas

- Algarvio, M. (2021). *Comando Naval*. Em: IUM, Visita virtual do CEMC ao Comando Naval. Palestra organizada pelo IUM, Lisboa.
- Altieri, M., Seabra, P., & Teixeira, A. (2021). *Segurança e Defesa no Atlântico: desafios e perspectivas*. Em *webinars da Associação Brasileira de Estudos de Defesa*. [Video online]. Retirado de <https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=T-CU0YnrXaQ&feature=youtu.be>.
- Ângelo, P. (2021). *Maritime Capacity Building in the Gulf of Guinea - The Portuguese Experience*. Em: European External Action Service, EU Maritime Security Strategy.
- Associação dos Portos de Língua Portuguesa (APLOP). (2019). *Navios português e francês juntos em exercício de segurança marítima no Golfo da Guiné*. [Página online]. Retirado de <http://www.aplop.org/sartigo/index.php?x=34889>.
- Bernardino, L. (2021). *A Geopolítica de Segurança no Golfo da Guiné e os interesses da UE e de Portugal*. *Jornal de Economia do Mar*. [Página online]. Retirado de <http://www.jornaldaeconomiadomar.com/a-geopolitica-de-seguranca-no-golfo-da-guine-e-os-interesses-da-ue-e-de-portugal/>.
- Bryman, A. (2012). *Social Research Methods*. 4^a ed. Oxford: Oxford University Press.
- CEDEAO. (2015). *Estados-Membros / Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)*. [Página online]. Retirado de <https://www.ecowas.int/estados-membros/?lang=pt-pt>.
- CEEAC. (2020). *CEEAC – ECCAS – La Communauté Économique des États de l'Afrique Centrale*. [Página online]. Retirado de <https://ceeac-eccas.org/pt-pt/#presentation>.
- Center for Maritime Law and Security. (2020). *Maritime Governance Brief - Gulf of Guinea Piracy*. North-Legon: Autor. [versão PDF]. Retirado de http://www.cemlawsafrica.com/wp-content/uploads/2020/09/CEMLAWSAfrica-Piracy-Analysis-2020_6September.pdf.
- Center for Maritime Law and Security. (2021). *Maritime Governance Brief - Gulf of Guinea: Piracy-Graphics 2020*. North-Legon: Autor. [versão PDF].
- Central Intelligence Agency. (2020). *The World Factbook* [Página online]. Retirado de <https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/>.
- Centro de Análise Estratégica. (2020). *Boletim estratégico*. [versão PDF]. Retirado de <https://caecplp.org/boletim-estrategico/>.
- Comunidade de Países de Língua Portuguesa. (2007). *Estatutos da Comunidade de Países*



- de Língua Portuguesa*. Lisboa. Autor.
- Conselho de Chefes de Estado-Maior. (2014a). *Conceito Estratégico Militar*. Lisboa: Autor.
- Conselho de Chefes de Estado-Maior. (2014b). *Missões das Forças Armadas*. Lisboa: Autor.
- CPLP. (2009). *Estratégia da Comunidade Dos Países de Língua Portuguesa para os oceanos*. [versão PDF]. Retirado de <https://oceano.cplp.org/media/1134/estrategia-da-cplp-formatada.pdf>.
- CPLP. (2018). *Observadores Associados*. [Página online]. Retirado de <https://www.cplp.org/id-2765.aspx>. <https://www.cplp.org/id-2765.aspx>
- CRESMAO. (2020). *Centre Régional de Sécurité Maritime de l'Afrique de l'Ouest*. [Página online]. Retirado de <https://cresmao.business.site/>.
- Devermont, J., Amelia, C., & Chiang, C. (2019). *Assessing the Risks of Chinese Investments in Sub-Saharan African Ports*. Center for Strategic and International Studies. [versão PDF]. Retirado de <https://www.csis.org/analysis/assessing-risks-chinese-investments-sub-saharan-african-ports>.
- Direção Geral de Política de Defesa Nacional (DGPND). (2019). *Documento-síntese sobre postura e atividades recentes dos principais atores bilaterais no Golfo da Guiné*. Lisboa: Autor.
- Estado-Maior-General das Forças Armadas. (2018). *Diretiva Estratégica do Estado-Maior-General das Forças Armadas 2018-2021*. Lisboa: Autor.
- Estado-Maior da Armada. (2018). *Conceito da missão de fiscalização conjunta e de capacitação operacional marítima de STP e planeamento de atividades (03jan a 31dez 2018)*. Lisboa: Autor.
- European Union. (2014a). *EU Strategy on the Gulf of Guinea*. Brussels: Council of the European Union. [versão PDF]. Retirado de https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/eu_strategy_on_the_gulf_of_guinea_7.pdf.
- European Union. (2014b). *European Union Maritime Security Strategy*. Brussels: Council of the European Union. [versão PDF]. Retirado de <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST%2011205%202014%20INIT/EN/pdf>. [http://register.consilium.europa.eu/doc/srv?l=EN&f=ST 11205 2014 INIT](http://register.consilium.europa.eu/doc/srv?l=EN&f=ST%2011205%202014%20INIT)
- European Union. (2014c). *Gulf of Guinea Action Plan 2015-2020*. Brussels: Council of the European Union. [versão PDF]. Retirado de <https://www.consilium.europa.eu/media/21521/st07168en15.pdf>.
- European Union. (2020). *EU Maritime Security Factsheet: The Gulf of Guinea*.



- European Union. (2021). *Council Conclusions launching the pilot case of the Coordinated Maritime Presences concept in the Gulf of Guinea*. Brussels: Council of the European Union.
- Fonseca, P. M. (2020). *Zaire - O navio português que tem fama mundial no combate à pirataria*. Agência Lusa. Retirado de <https://www.dn.pt/mundo/navio-portugues-zaire-tem-fama-mundial-no-combate-a-pirataria-13157848.html>.
- Freixo, M. J. V. (2011). *Metodologia Científica: Fundamentos, Métodos e Técnicas*. 3.^a ed. Lisboa: Instituto Piaget.
- French Navy. (2020). *French Navy LHD “Tonnerre” heads for the Gulf of Guinea*. *Naval News*. [Página online]. Retirado de <https://www.navalnews.com/naval-news/2020/06/french-navy-lhd-tonnerre-heads-for-the-gulf-of-guinea/>.
- G7++FoGG. (2020). *G7++FoGG Plenary Meeting Agenda and Information*. [versão PDF]. Retirado de <https://www.state.gov/wp-content/uploads/2020/12/Fogg-Plenary-Agenda-With-Day-2-Updates.pdf>.
- Globalsecurity. (2012). *Saharan Express*. Retirado de <https://www.globalsecurity.org/military/ops/saharan-express.htm>.
- Gobierno de España. (2019). *III Plan África - España y África: desafío y oportunidad*. Madrid: Ministerio de Asuntos Exteriores, Unión Europea y Cooperacion.
- Husted, T. F. (2019). *Gulf of Guinea: Recent trends in piracy and armed robbery*. *Congressional Research Service*. [versão PDF]. Retirado de <https://www.hsdl.org/?abstract&did=822441>.
- IFCM Brasil. (2021). *Cotação Petróleo Brent*. [Página online]. Retirado de <https://www.ifcmarkets.com.br/market-data/commodities-prices/brent>.
- Inter Regional Coordination Center. (2020). *ICC – For the Implementation of Regional Strategy for Maritime Safety and Security in Central and West Africa*. [Página online]. Retirado de <http://icc-gog.org/>.
- International Maritime Bureau. (2020). *Piracy and Armed Robbery Against Ships. Report from 1 January to 31 December 2019*. International Chamber of Commerce (ICC). London: International Chamber of Commerce (ICC). [versão PDF]. Retirado de https://www.icc-ccs.org/index.php?option=com_fabrik&view=plugin&g=form&plugin=redirect&method=displayThanks&task=pluginAjax.
- International Maritime Bureau. (2021). *Piracy and Armed Robbery Against Ships. Report*



- from 1 January to 31 December 2020*. International Chamber of Commerce (ICC). London: International Chamber of Commerce (ICC).[versão PDF]. Retirado de https://www.icc-ccs.org/index.php?option=com_fabrik&view=plugin&g=form&plugin=redirect&method=displayThanks&task=pluginAjax.
- International Maritime Organization. (2016). *Reports on Acts of Piracy and Armed Robbery Against Ships. Annual Report – 2015*. [versão PDF]. Retirado de https://wwwcdn.imo.org/localresources/en/OurWork/Security/Documents/232_Annual_2015.pdf.
- International Maritime Organization. (2017). *Reports on Acts of Piracy and Armed Robbery Against Ships. Annual Report – 2016*. [versão PDF]. Retirado de https://wwwcdn.imo.org/localresources/en/OurWork/Security/Documents/245_Annual_2016.pdf.
- International Maritime Organization. (2018). *Reports on Acts of Piracy and Armed Robbery Against Ships. Annual Report – 2017*. [versão PDF]. Retirado de https://wwwcdn.imo.org/localresources/en/OurWork/Security/Documents/258_Annual_2017.pdf.
- International Maritime Organization. (2019). *Reports on Acts of Piracy and Armed Robbery Against Ships. Annual Report – 2018*. [versão PDF]. Retirado de https://wwwcdn.imo.org/localresources/en/OurWork/Security/Documents/MS-Circ.263_Annual_2018.pdf.
- International Maritime Organization. (2020). *Reports on acts of piracy and armed robbery against ships. Annual Report – 2019*. [versão PDF]. Retirado de <https://wwwcdn.imo.org/localresources/en/OurWork/Security/Documents/MS-Circ.264%20Annual%20Report%202019.pdf>.
- Lourenço, A. J. P. (2012). *Segurança Marítima Cooperativa: Perspectivas Face às Novas Ameaças* (Relações Internacionais (ed.); 27th ed.). Instituto Português de Relações Internacionais.
- Mackenzie, C. (2018). *French navy drills with West Africans to battle Gulf of Guinea thuggery*. *Defense News*. [Página online]. Retirado de <https://www.defensenews.com/global/2018/12/05/french-navy-drills-with-west-africans-to-battle-gulf-of-guinea-thuggery/>.
- Marinha. (2018). *Diretiva Estratégica da Marinha 2018*. Lisboa: Gabinete do Chefe de



- Estado-Maior da Armada.
- Marinha. (2019). *O navio patrulha Zaire participa em exercício Grand African Nemo 2019. Media Center*. [Página online]. Retirado de <https://www.marinha.pt/pt/media-center/Noticias/Paginas/O-navio-patrulha-Zaire--.aspx>.
- Marinha. (2021). *NRP Zaire*. [Página online]. Retirado de https://www.marinha.pt/pt/os_meios/patrulhas/Paginas/NRP-ZAIRE.aspx.
- Maritime Domain Awareness for Trade - Gulf of Guinea. (2016). *Maritime Domain Awareness Trade - Gulf of Guinea*. [Página online]. Retirado de <https://gog-mdat.org/home>.
- Marques, J. F. (2018). Desafios de segurança no golfo da Guiné. *Relações Internacionais (R:I)*, 57, 91–100.
- Mc Glinchey, S. (2014). *International Relations*. Bristol: E-International Relations. [versão PDF]. Retirado de <https://www.e-ir.info/publications/https://www.e-ir.info/publications/>.
- MDN. (2018). *Memorando de Entendimento entre o Ministério da Defesa Nacional e o Ministério da Defesa e Administração Interna de STP*.
- Ministerio de Defensa de España. (2021). *Diplomacia de la Defensa y Seguridad Cooperativa*. [Página online]. Retirado de https://www.defensa.gob.es/misiones/en_exterior/actuales/listado/diplomacia-defensa.html.
- Ministrie of Defense of Denmark, Ministrie of Defense of France, Ministrie of Defense of Portugal, & Ministrie of Defense of Spain. (2014). *Position Paper for a Multilateral Cooperation in the Gulf of Guinea*.
- Morgan, G., & Smircich, L. (1980). The Case for Qualitative Research. *The Academy of Management Review*, 5(4), 491–500.
- Okafor-Yarwood, I., Pigeon, M., Amling, A., Ridgway, C., Adewumi, I., & Joubert, L. (2020). *Stable Seas: Gulf of Guinea*. Broomfield: Stable Seas. [versão PDF]. Retirado de <https://www.stableseas.org/sites/default/files/gulf-of-guinea-digital-english.pdf>.
- Oladipo, O. (2017). *Cooperation as a Tool for Enhancing State Capacity to Fulfill Obligations of the Lomé Charter*. *Conflict Trends*. Accord, 3.[Página online]. Retirado de <https://www.accord.org.za/conflict-trends/cooperation-tool-enhancing-state-capacity-fulfill-obligations-lome-charter>.
- Pavia, J. (2016). *A Segurança Marítima no Golfo da Guiné, a Segurança Energética da*



- Europa e o Papel Potencial da NATO e Portugal* (Universidade Lusíada Editora (ed.); 1st ed.).
- Pichon, E., & Pietsch, M. (2019). *Piracy and Armed Robbery off the Coast of Africa: EU and Global Impact*. Brussels: European Parliamentary Research Service. [versão PDF]. Retirado de [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/IDAN/2019/635590/EPRS_IDA\(2019\)635590_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/IDAN/2019/635590/EPRS_IDA(2019)635590_EN.pdf). <https://doi.org/10.2861/78273>
- Piedade, J. (2018). *Segurança marítima e os estudos de segurança: Revisão da literatura. Relações Internacionais (R:I)* (Issue 57). Lisboa: Instituto Português de Relações Internacionais.
- Resolução da Assembleia da República n.º 60-B/97. (1997). *Aprova, para ratificação, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de Dezembro de 1982, assinada por Portugal na mesma data, e o Acordo Relativo à Aplicação da Parte XI da Convenção, adoptado pela Assembleia Geral das Nações Unidas*. Diário da República n.º 238/97 Série I-A, 1.º Suplemento de 14 de Outubro de 1997. Lisboa: Assembleia da República.
- Resolução da Assembleia da República n.º 97/2014. (2014). *Aprova o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República Democrática de São Tomé e Príncipe no Domínio da Fiscalização Conjunta de Espaços Marítimos sob Soberania ou Jurisdição da República*. Lisboa: Assembleia da República.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013. (2013). *Aprova o Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. Diário da República n.º 67/2013, Série I de 2013-04-05. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Resolution 2018. (2011). *de 31 de outubro*. UN Security Council.
- Resolution 2039. (2012). *de 29 de fevereiro*. UN Security Council.
- Resolution A.1025(26). (2010). *Code of Practise for the Investigation of Crimes of Piracy and Armed Robbery Against Ships*. London: IMO.[versão PDF]. Retirado de https://www.classnk.or.jp/hp/pdf/activities/statutory/isps/IMO/A.1025_26.pdf.
- Ribeiro, A. S. (2019). *O NRP “Zaire” e a segurança marítima de São Tomé e Príncipe. Público*. [Página online]. Retirado de <https://www.publico.pt/2019/12/27/politica/opiniaao/nrp-zaire-seguranca-maritima-sao-tome-principe-1898366>.
- Ribeiro, A. S. (2020). *A Iniciativa Mar Aberto. Observador*. [Página online]. Retirado de



- <https://observador.pt/opiniaao/a-iniciativa-mar-aberto/>.
- SAFETY4SEA. (2019). *EU considers maritime security concept in Gulf of Guinea*. [Página online]. Retirado de <https://safety4sea.com/eu-considers-maritime-security-concept-in-gulf-of-guinea/>.
- Sammut-Bonnici, T., & Galea, D. (2017). *SWOT Analysis*. University of Malta: Valletta.
- Santos, L., Lima, J., Garcia, F., Monteiro, F., Silva, N., Silva, J., Santos, R., Dias, J., & Piedade, J. (2019). Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação (2.^a edição, revista e atualizada). In *Cadernos do IUM N.º 8 (2.^a ed., revista e atualizada)*. [versão PDF]. Retirado de [https://sites.ium.pt/moodle/pluginfile.php/12427/mod_resource/content/1/Cadernos IUM_8_2_versao.pdf](https://sites.ium.pt/moodle/pluginfile.php/12427/mod_resource/content/1/Cadernos_IUM_8_2_versao.pdf).
- Sousa, M. J., & Baptista, C. S. (2011). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios segundo Bolonha*. 1.^a ed. Lisboa: Lidel.
- Stable Seas. (2020). *2020 Maritime Security Index - Piracy and Armed Robbery*. [versão PDF]. Retirado de <https://www.stableseas.org/issue-areas/piracy>.
- Steckler, K. (2019). *Naval Forces Africa, Nigeria Celebrate Successful Obangame Express 2019*. Defense visual Information Distribution Service. [Página online]. Retirado de <https://www.dvidshub.net/news/315486/naval-forces-africa-nigeria-celebrate-successful-obangame-express-2019>.
- The Fund For Peace. (2020). *Fragile States Index Annual Report 2020*. Washington, D.C.: Autor. Retirado de <http://fragilestatesindex.org/analytics/fsi-heat-map/>.
- The Gulf of Guinea Commission. (2020). *The Gulf of Guinea Commission - CGG - GGC*. [Página online]. Retirado de <https://cggrps.com/en/the-gulf-of-guinea-commission/>.
- Till, G. (2009). *Seapower: A Guide for the Twenty-First Century*. New York: Routledge.
- U.S. Department of Defense. (2018). *Exercise Obangame Express 2018 Starts*. [Página online]. Retirado de <https://www.defense.gov/Explore/News/Article/Article/1480881/exercise-obangame-express-2018-starts/>.
- U.S. Embassy in Senegal. (2016). *Opening Ceremony for Obangame / Saharan Express 16*. Retirado de <https://sn.usembassy.gov/opening-ceremony-obangame-saharan-express-16/>.
- UA. (2012). *Estratégia Marítima Integrada de África 2050*.
- UA. (2016). *African Charter on Maritime Security and Safety and Development in Africa*



- (*Lomé Charter*). Lomé: Autor. [versão PDF]. Retirado de https://au.int/sites/default/files/treaties/37286-treaty-0060_-_lome_charter_p.pdf.
- United Nations. (2013). *Security Council, in Statement, Welcomes Adoption of Code of Conduct by Regional Leaders to Prevent Piracy in Gulf of Guinea - Meetings Coverage and Press Releases*. [versão PDF]. Retirado de <https://www.un.org/press/en/2013/sc11091.doc.htm>.
- Wolfers, A. (1952). “National security” as an ambiguous symbol. *Political Science Quarterly*, 67, 484.
- XXII Governo Constitucional. (2019). *Programa do XXII Governo Constitucional 2019-2023*. Lisboa: Assembleia da República.



Apêndice A – Iniciativas estatais relevantes no âmbito da SMGdG

1. EUA

1.1. *Saharan Express*

Foi um exercício internacional anual e teve a primeira edição em 2011. O seu objetivo era fortalecimento de parcerias marítimas globais através de atividades de formação e de colaboração para a melhoria da SM na costa ocidental africana (Globalsecurity, 2012). Em 2016 foi pela primeira vez interligado com o exercício *Obangame Express* (U.S. Embassy in Senegal, 2016).

1.2. *Obangame Express*

É um exercício internacional que se realiza anualmente desde 2010, com o objetivo de promover a SM na região do GdG, através da cooperação entre todas as forças e unidades dos países participantes e a partilha de informação no domínio marítimo entre os diversos centros de operações marítimas no GdG (US AFRICOM, 2019).

A título de exemplo, em 2018 e 2019, participaram os seguintes países: Alemanha, Bélgica, Holanda, Dinamarca, França, Portugal, Espanha, Turquia, EUA, Canadá, Brasil e os países do GdG, designadamente São Tomé e Príncipe, Benim, Camarões, Costa do Marfim, Marrocos, Nigéria, Gabão, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, República do Congo, Togo, Cabo Verde, Angola, Namíbia, Gâmbia, Libéria, Serra Leoa, Senegal e República Democrática do Congo, assim como a CEDEAO e a CEEAC (U.S. Department of Defense, 2018; Steckler, 2019).

2. França

2.1. *Operação Corymbe*

A França mantém uma missão permanente no GdG desde 1990, designada de operação *Corymbe*. Esta missão tem como objetivo a presença permanente de uma força naval que visa contribuir para a proteção de interesses, a SM e a prestação de apoio às iniciativas regionais que contribuam para a SM na região, sendo coincidentes com os objetivos das IP. Em abril de 2020 a missão foi suspensa devido à situação de pandemia (French Navy, 2020). Portugal associou-se a esta iniciativa através do embarque de fuzileiros portugueses em navios da Marinha Francesa (Ribeiro, 2019). Esta missão contribui também para a capacitação dos EdGdG através de acordos bilaterais e a realização de exercícios cominados com UN da região e de países aliados presentes no GdG como Portugal e Espanha.



2.2. *Grand African Nemo*

É um exercício naval que se realiza desde 2018 e visa contribuir para a SMGdG através do treino de vários cenários nesse âmbito. Portugal e Espanha têm participado ativamente (Mackenzie, 2018). O NRP *Zaire* participou neste exercício em 2019, onde participaram 19 países do GdG e oito países europeus, onde foram abordados diversos cenários no âmbito da SM como “a luta contra a pesca ilegal, a poluição no mar, a pirataria, o terrorismo marítimo e a assistência a navios”. Nesse ano o NRP *Zaire* e a GC santomense realizaram exercícios com o navio *Atalaya* da Marinha Espanhola (Marinha, 2019).

2.3. *African Nemo*

São exercícios mais simples e de menor dimensão que os *Grand Nemo*, sendo organizados várias vezes por ano (Mackenzie, 2018). Em 14 de janeiro de 2019, o NRP *Zaire* participou no exercício *African Nemo 19.1*, juntamente com o navio patrulha *Commandant Blaison*, da Marinha francesa (Associação dos Portos de Língua Portuguesa (APLOP), 2019).

3. Espanha

À semelhança de Portugal, o Ministério da Defesa Espanhol e a sua Marinha têm realizado ações de cooperação no GdG. Desde 2015 é projetada, por períodos de dois a seis meses, uma UN com o objetivo de desenvolver as capacidades dos EdGdG para o controlo das suas águas territoriais, com a realização de exercícios combinados. Visa-se, desta forma, desenvolver operações de SM e de segurança cooperativa com vários países da África Ocidental. Estes navios visitam habitualmente portos da Mauritânia, Gabão, Gana, Senegal, Cabo Verde e participam nos exercícios internacionais no GdG (Ministerio de Defensa de España, 2021).



Apêndice B – Resumo anual da ameaça à SMGdG no período 2015-2020

Em 2016, o número de incidentes reportados aumentou 77 % no GdG, em relação ao ano anterior¹³, apesar de se ter registado uma diminuição do número de incidentes reportados à escala global. Releva-se um aumento de 230% dos incidentes ocorridos em águas internacionais¹⁴ (comparação dos dados das Figura 15 e Figura 16). Num dos casos o navio foi reportado como sequestrado (IMO, 2017, p. 2).

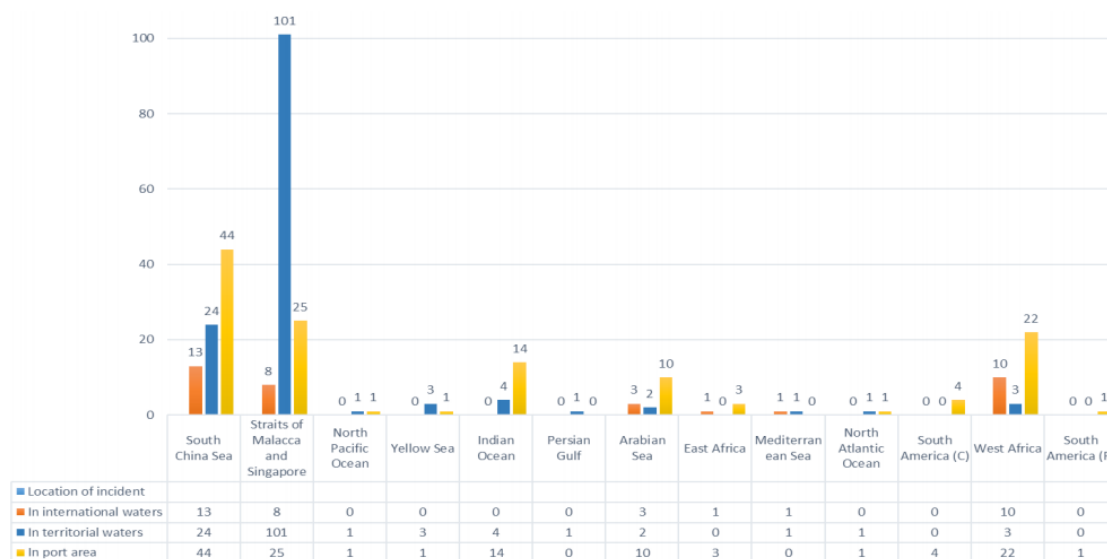


Figura 15 – Estatística dos relatos de incidentes em 2015

Fonte: IMO (2016).

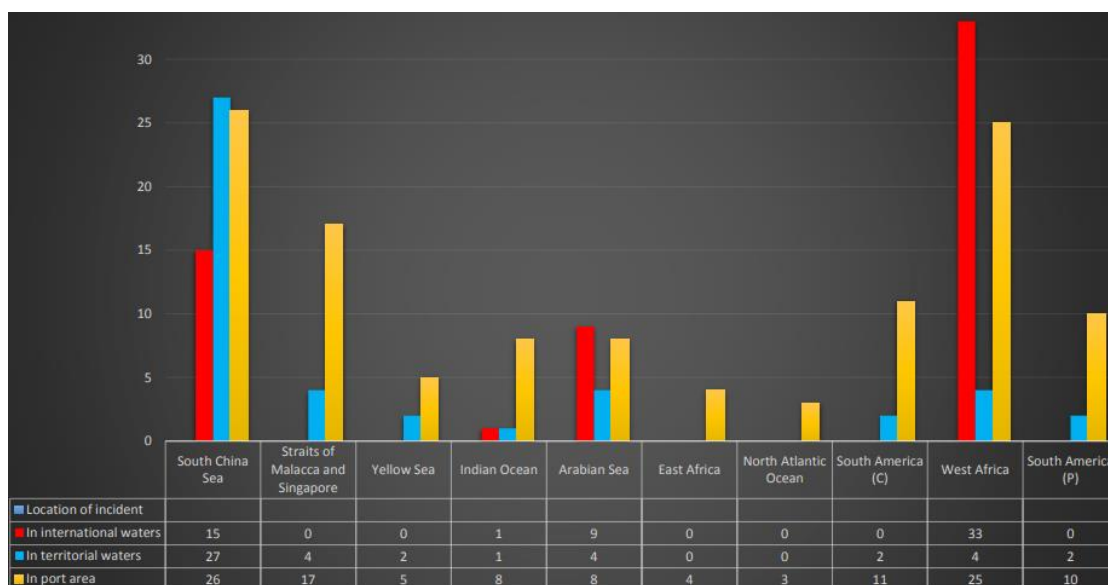


Figura 16 – Estatística dos relatos de incidentes em 2016

Fonte: IMO (2017).

¹³ Em 2016 reportaram-se 62 incidentes em comparação com 35 do ano anterior.

¹⁴ Em 2016 reportaram-se 33 incidentes em águas interiores em comparação com 10 do ano anterior.



Em 2017 o número de incidentes reportados diminuiu 23% no GdG¹⁵ mas a percentagem de incidentes em águas internacionais manteve-se, relativamente ao ano anterior (comparação dos dados das Figura 16 e Figura 17) (IMO, 2018, p. 2).

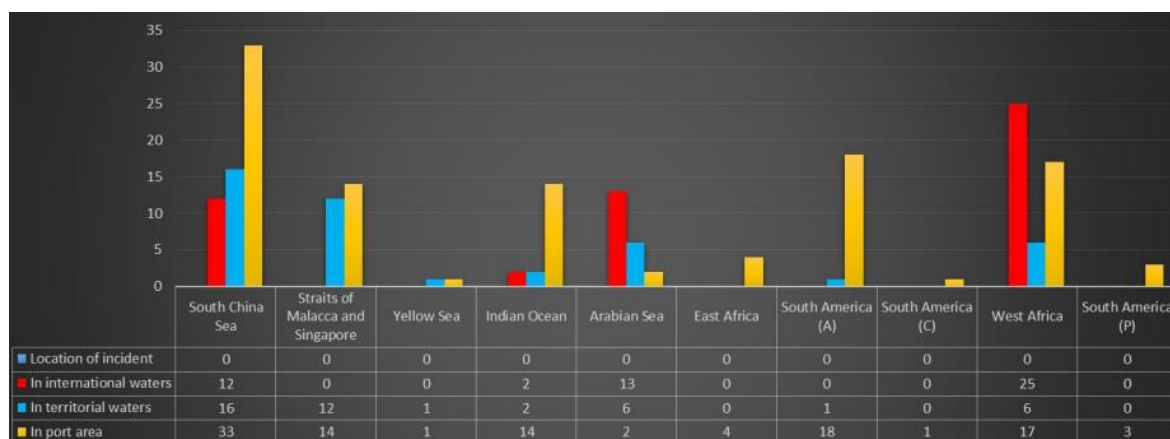


Figura 17 – Estatística dos relatos de incidentes em 2017

Fonte: IMO (2018).

Em 2018 a região mais afetada pela PRA no mar, à escala global, era já o GdG. Nesse ano, o número de incidentes no GdG aumentou 69%, tanto em águas internacionais como em águas territoriais¹⁶ (comparação com os dados das Figura 17 e Figura 18). A percentagem de incidentes envolvendo armas de fogo foi de 26%, o que se traduziu numa percentagem superior à média mundial anual de 17%, tendo sido raptados 84 marítimos no GdG (IMO, 2019, p. 2).

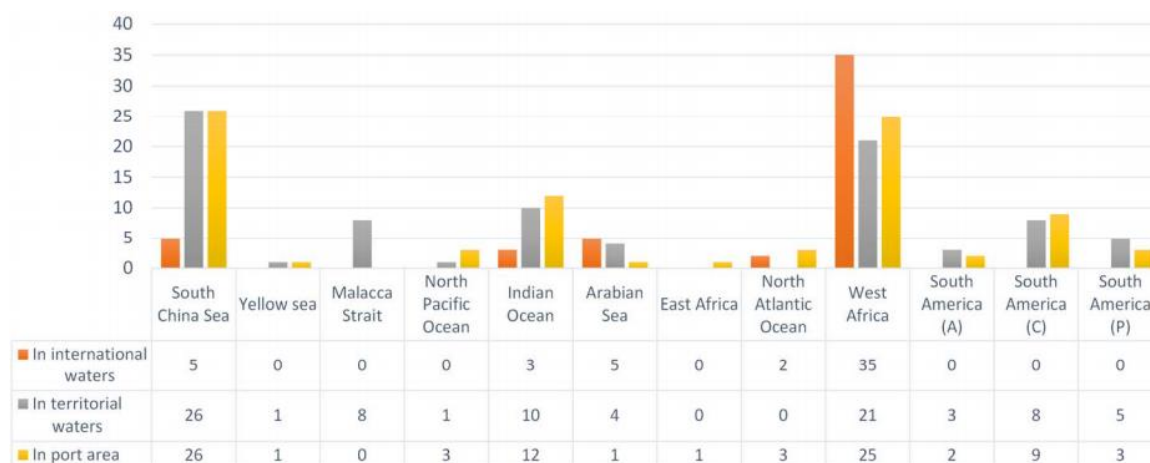


Figura 18 – Estatística dos relatos de incidentes em 2018

Fonte: IMO (2019).

Em 2019, o GdG continuou a ser a região mais afetada pela pirataria e assaltos à mão armada à escala mundial (Stable Seas, 2020), apesar de uma diminuição do número de

¹⁵ Em 2017 reportaram-se 48 incidentes em comparação com 62 do ano anterior.

¹⁶ Em 2018 reportaram-se 81 incidentes em comparação com 48 do ano anterior.



incidentes de 8% (14 incidentes)¹⁷. Contudo, o número de incidentes de raptos e tripulações desaparecidas aumentou de 11 para 20, em 2018 e 2019, respetivamente, tendo-se atingido um número recorde de 151 marítimos raptados ou dados como desaparecidos (IMO, 2020). A utilização de armas de fogo manteve-se elevada no GdG (ver Quadro 4). A Figura 19 mostra um número equivalente de incidentes, tanto em águas territoriais como em águas nacionais na região do GdG. Em 2019, 58% dos incidentes ocorreram em navios fundeados, 30% em navios a navegar e 12% em navios atracados (IMB, 2020).

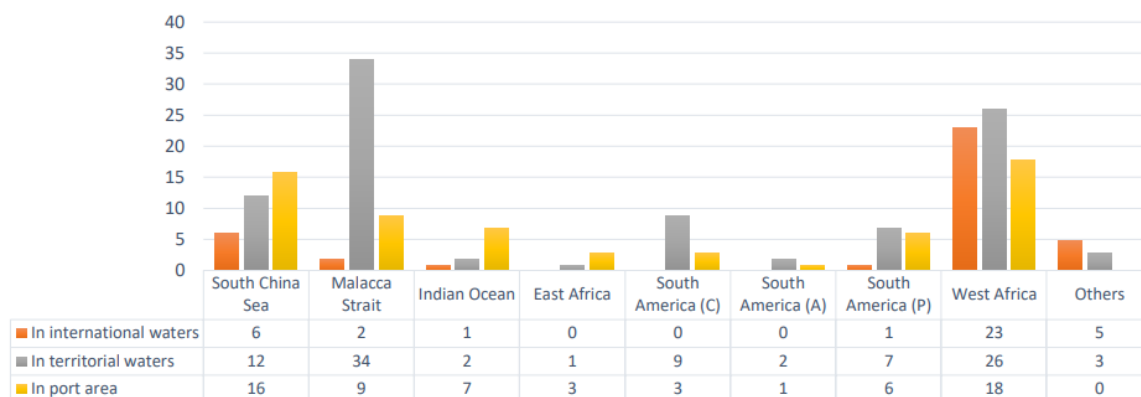


Figura 19 – Estatística dos relatos de incidentes em 2019

Fonte: IMO (2020).

Quadro 4 – Armamento utilizado nos ataques no GdG no período 2019-2020

	Armas de fogo	Armas brancas	Outras	Não registadas
Angola	1	1		4
Benim	13			1
Camarões	5			1
Congo		2		4
Costa do Marfim	1	1		2
Gabão	3			
Gana	2	2		8
Guiné	6			1
Guiné Equatorial	5			
Libéria		2		2
Nigéria	47		1	22
República Democrática do Congo		1		
STP	3			
Serra Leoa		1		
Togo	6			
Total	92	10	1	45

Fonte: Adaptado a partir de IMB (2020; 2021).

¹⁷ Em 2019 reportaram-se 67 incidentes em comparação com 81 do ano anterior.



Em 2020, segundo o IMB (2021), registou-se um aumento do número de incidentes à escala global, em grande parte devido ao aumento do número de incidentes no GdG. Esse ano foi especialmente preocupante devido ao elevado número de tripulantes raptados no GdG, em comparação com os do ano anterior, traduzindo-se num aumento de 9,3%. Registaram-se raptos em 25% dos navios atacados no GdG. Em 80% dos incidentes foram utilizadas armas de fogo. Estes incidentes verificaram-se geralmente a uma distância superior a 60 mn de costa, sendo que um ocorreu a 200 mn. Segundo o IMB (2020; 2021) registaram-se 68 reféns e 252 raptos, no período 2019-2020 (ver Quadro 5).

Quadro 5 – Tipo de violência contra tripulações no GdG no período 2019-2020

	Assalto	Reféns	Lesões	Raptos	Ameaça
Angola		1		1	
Benim		1		64	
Camarões			1	31	
Congo					1
Costa do Marfim		18			
Gabão				10	
Gana			1	6	
Guiné	5	23	1		
Guiné Equatorial			2	6	
Nigéria		18	2	110	
STP			1	14	
Serra Leoa			1		
Togo		7		10	
Total	5	68	9	252	1

Fonte: Adaptado a partir de IMB (2020; 2021).

**Apêndice C – Resumo das entrevistas****Quadro 6 – Entidades entrevistadas por ordem cronológica**

Nr.	Posto e Nome	Cargo	Formato	Dia
1	Dr. Tiago Luís Viegas de Lemos	Assessor da DGPDN para os assuntos dos EUA e África Subsariana.	<i>email</i>	09NOV20
2	CFR M Eduardo Luís Pousadas Godinho	Área de Operações J3(N) do CCOM	<i>email</i>	17NOV20
3	CTEN M Amílcar Gomes Braz	Oficial Adjunto Planos (J505) do CCOM	<i>email</i>	19NOV20
4	CTEN EN-MEC Cátia Alexandra Ribeiro Santiago Ferreira	Chefe da Secção de Coordenação Navios Auxiliares da Direção de Navios	<i>email</i>	18FEV21
5	CALM Narciso Fastudo Junior	Diretor Executivo do CIC	<i>email</i>	03MAR21
6	CMG Paulo Jorge de Oliveira Cavaleiro Ângelo	Coordenador da missão de fiscalização conjunta e capacitação operacional marítima da GC de STP	<i>email</i>	19ABR21
7	CFR M Miguel Calhau Algarvio	Chefe da Divisão de Operações do Comando Naval	<i>email</i>	26ABR21

Quadro 7 – Resumo das entrevistas

Nr. 1	Perguntas	Excerto das respostas
1.1	De que forma é efetuada a cooperação da UE para a SMGdG?	<p>É feita através do financiamento de diversos programas e projetos, incluindo projetos de cooperação delegada (ex: SWAIMS e PASSMAR), centrados no reforço de capacidades, e em linha com a Estratégia de SM da UE e a Estratégia para o GoG da UE. Portugal coordena um dos projetos de cooperação delegada - o SWAIMS, de apoio aos Estados da CEDEAO. Esses projetos consistem em apoios financeiros, atribuição de meios ou formação, em apoio ao desenvolvimento das capacidades locais dos estados costeiros da região e das estruturas de SM criadas no âmbito da AdY (ex: CIC, CRESMAC, CRESMAO).</p> <p>Indicador: Oportunidades.</p>
1.2	Que formas de cooperação com a presença de UN têm sido efetuadas no GdG?	<p>A presença de UN na região, de forma permanente (ex: França) ou regular (ex: Portugal e Espanha), focados no reforço das capacidades das Guardas Costeiras e Marinhas locais através de ações de cooperação bilateral. Têm sido realizados exercícios anuais como por exemplo o <i>Obangame Express</i>, organizado pelo US AFRICOM (EUA), <i>Grand African Nemo</i> e <i>African Nemo</i> e organizado pela França. Estes exercícios têm contado com a participação de UN de países da região e outros parceiros internacionais, traduzindo-se como um apoio multilateral.</p> <p>Indicador: Oportunidades.</p>
1.3	Tem evidências de cooperação entre o CRESMAC e o CRESMAO no âmbito da SM?	<p>Não existem evidências concretas de cooperação entre os dois centros regionais de SM. Verifica-se alguma rivalidade/competição entre as organizações regionais a que cada um destes centros pertence (CRESMAC/CEEAC; CRESMAO/CEDEAO) o que poderá justificar a aparente ausência de cooperação. Essas estruturas ainda são recentes e ainda não se conhecem resultados concretos da sua ação.</p> <p>Indicador: Fraquezas.</p>
1.4	Qual considera ser o principal desafio para uma SM eficaz no GdG?	<p>A extensão do espaço geográfico e uma profusão de atores estabelecidos com os seus interesses (ex: EUA, Brasil, Portugal, países regionais, países europeus). A inexistência de uma entidade que coordene a PN nesse espaço, sendo necessário operacionalizar essa coordenação. Por vezes a PN na região é intermitente, havendo períodos de ausência de UN em oposição a outros em que existe mais de uma. A questão jurídica evidenciada com os ilícitos em águas territoriais, levando a que os EdGdG não queiram ceder os seus direitos de soberania, em favor de uma SM comum.</p> <p>Indicador: Ameaças às IP.</p>



Nr. 2	Pergunta	Excerto das respostas
2.1	Qual o objetivo da presença do NRP <i>Zaire</i> em STP?	A sustentação logística e permanência do próprio NRP <i>Zaire</i> . Reforçar a confiança mútua e a consciencialização sobre a importância da SM. Apoiar o desenvolvimento da legislação e governança marítima. Apoiar a edificação da capacidade operacional da GC de STP. Por fim, realizar atividades de fiscalização marítima conjunta. Indicador: Forças.
2.2	Que ações têm sido desenvolvidas pelo NRP <i>Zaire</i> em STP?	Busca e salvamento, transporte logístico, dissuasão à PRA, fiscalização conjunta da ZEE STP, capacitação das infraestruturas da GC de STP. Indicador: Forças.
Nr. 3	Pergunta	Excerto das respostas
3.1	Quais são as ações desenvolvidas na IMA?	A presença militar nacional no GoG tem-se materializado, por longos períodos, através da IMA, de âmbito multilateral da CPLP, que contribui para a SM nesta região, através do apoio logístico à missão STP, capacitação, fiscalização e levantamentos hidrográficos na região. Indicador: Forças.
3.2	Que coordenação tem o EMGFA com outras entidades neste âmbito?	Portugal tem procurado sinergias com Espanha, França e o US AFRICOM, tais como oportunidades de cooperação bilateral: entre os <i>Maritime Patrol Aircrafts</i> espanhóis e portugueses com as respetivas fragatas, durante os respetivos empenhamentos; a participação de elementos nacionais (equipas de fuzileiros) na operação <i>Corymbe</i> (França); embarque de observadores nos navios espanhóis e a participação em exercícios no âmbito do US AFRICOM. A articulação com outras iniciativas no GdG é feita através dos oficiais de ligação espanhóis, franceses e americanos da US AFRICOM. Indicador: Forças.
3.4	Qual é a postura de Portugal relativa ao conceito de PMC da UE?	Portugal concorda sobre a importância de um plano de PMC no GdG no quadro da Estratégia Marítima da UE, como iniciativa voluntária para a participação dos Estados Membros. Portugal acompanha a sua evolução com grande interesse e deverá ser parte integrante deste conceito, Indicador: Oportunidades.
Nr. 4	Pergunta	Excerto das respostas
4.1	O que levou a uma indisponibilidade do NRP Gago Coutinho no período previsto para a IMA 2020?	Detetou-se uma avaria, que obrigou a uma docagem do navio. Concomitantemente, alguns elementos da guarnição testaram positivo ao COVID-19, obrigando a uma quarentena de 14 dias. A grua, que tinha sido alvo de intervenção recente, voltou a ficar inoperacional. Isto levou ao último atraso do navio para a missão. Indicador: Fraquezas.
4.2	Considera que a manutenção planeada das UN é realizada eficazmente?	Nem sempre é possível efetuar a manutenção planeada a todos as UN, dentro do ciclo previsto, devido a constrangimentos financeiros, a impossibilidade de paragem de navios porque estão outros parados, etc. Indicador: Fraquezas.
4.3	Considera que a manutenção corretiva é realizada eficazmente?	Na generalidade, considero que sim. Contudo, o envelhecimento da esquadra e a obsolescência logística, de equipamentos e componentes, tem sido um desafio difícil de ultrapassar. Indicador: Fraquezas.
Nr. 5	Pergunta	Excerto das respostas
5.1	Os navios portugueses presentes no GdG têm articulado a sua ação com o CIC?	O CIC não tem conhecimento sobre a IMA ou sobre o navio <i>Zaire</i> em STP. Nunca foi informado sobre estas missões. Consequentemente, não existe qualquer tipo de articulação. Indicador: Fraquezas.



5.4	Que ações combinadas identifica com navios de vários países, incluindo de Portugal, no combate à pirataria no GdG?	<p>As ações combinadas no GdG resumem-se às operações <i>Obangame Express</i> e <i>Nemo</i> (França). Este Centro é favorável a um aumento de ações combinadas na região, desde que sejam informadas às Autoridades Marítimas locais.</p> <p>Indicador: Oportunidades.</p>
5.5	Que outra informação relevante pode fornecer sobre as IP para a SMGdG?	<p>Infelizmente, o CIC não recebe informações sobre as IP na região. Considera-se fundamental esse apoio, com uma melhoria da comunicação entre as partes envolvidas. Até ao momento, tanto do ponto de vista diplomático como militar, nunca houve colaboração relacionada com tais iniciativas.</p> <p>Indicador: Fraquezas.</p>
Nr. 6	Pergunta	Excerto das respostas
6.1	Que desafios ou ameaças identifica às IP, no âmbito do combate à PRA no GdG?	<p>- A profusão de iniciativas bilaterais no GdG desarticuladas entre si, com uma elevada diversidade de atores.</p> <p>- A AdY revela um lento progresso e permanece incompleta devido, entre outros fatores, a uma ausência do enquadramento legislativo e judicial. Existe uma falta de harmonização legal entre os EdGdG que integram a AdY, traduzindo-se numa falta de instrumentos legais que habilitem a detenção, condenação e punição dos atores dos ataques. A Nigéria constitui-se numa exceção, pois incorporou o CNUDM na sua legislação nacional através do SUPMOA 2019, tornando efetivos os instrumentos internacionais. A Nigéria desenvolveu também o projeto <i>Deep Blue Eye</i>, para a criação de capacidades (infraestruturas, meios, partilha de informação, treino dos serviços de segurança, etc) que favorecem o combate à criminalidade marítima.</p> <p>- Embora exista uma profusão de fontes de informação (ex: IMO, IMB, CRESMAO, CRESMAC, etc), não existe uma entidade que centralize a informação no âmbito da SM, o que é sintomático de falta de coordenação, embora se verifiquem tendências comuns em toda informação analisada.</p> <p>- A ambição limitada no âmbito do projeto das PMC, não assumindo um cariz obrigatório nem indicadores/metapas definidas.</p> <p>- A dispersão geográfica dos ataques em mar alto, numa área marítima extensa e o aumento das capacidades dos atacantes.</p> <p>Indicador: Ameaças às IP</p>
6.2	Que vulnerabilidades identifica nas IP, no âmbito do combate à PRA no GdG?	<p>- O projeto do NRP <i>Zaire</i>, é gerido no âmbito das FND. Constitui uma missão militar combinada, com uma componente de capacitação da GC. Contudo, pese embora esteja em STP, o NRP <i>Zaire</i> é um navio de bandeira portuguesa e não santomense. Além disso é um navio costeiro, pouco adequado para enfrentar uma ameaça longe de costa.</p> <p>- A Iniciativa <i>Mar Aberto</i> tem um âmbito mais alargado, para além do combate à pirataria e roubo armado.</p> <p>Indicador: Fraquezas.</p>
6.3	Que potencialidades identifica nas IP, no âmbito do combate à PRA no GdG?	<p>- Constituem uma forma de dissuasão à prática da PRA no GdG. Podem realizar o acompanhamento de navios mercantes no GdG.</p> <p>- O NRP <i>Zaire</i> é a única UN disponível a GC em STP, constituindo-se relevante politicamente. É considerado um modelo de sucesso, com uma conceção original, pela sua permanência em STP e com a possibilidade de uma capacitação constante da sua GC, realizada através de uma guarnição mista, com militares santomenses.</p> <p>- A IMA garante uma PN portuguesa em diversos portos de EdGdG, com foco na cooperação técnico-militar, nos países da CPLP, coincidente com os grandes exercícios navais no GdG (<i>Obangame Express</i> e <i>Grand African Nemo</i>).</p> <p>Indicador: Forças.</p>



6.4	Que articulação com outras iniciativas identifica, nomeadamente as regionais?	Portugal tem colaborado regularmente com as iniciativas instituídas, quer em partilha de informação e presença nos diversos fóruns internacionais, quer participando nos diferentes exercícios navais. A presença permanente do NRP <i>Zaire</i> na região, projeta Portugal para o patamar dos (poucos) países ocidentais com presença permanente na região. Indicador: Forças.
Nr. 7	Pergunta	Excerto das respostas
7.1	Que tipo de atividades as IP desenvolvem, no âmbito do combate à PRA no GdG?	Relativamente ao objetivo da presença do <i>Zaire</i> em STP, este foca-se na capacitação da sua GC, através de uma guarnição mista com elementos da GC de STP, que operam e mantêm o navio em conjunto com a guarnição portuguesa, envolvendo a realização de diversas atividades de treino e formação. Apesar dessa capacitação, pela sua natureza, não estar dimensionada para operações de combate à PRA, o navio tem sido empenhado em ações de PN, avaliação da situação, apoio e dissuasão contra atos de pirataria e de acompanhamento da navegação mercante. Tais ações devem ser adequadas às reais capacidades do navio, sob pena de se criarem falsas expectativas na comunidade regional, pelo que o <i>Zaire</i> executa PN dissuasora e a monitorização de situação, reportando eventuais ataques. Relativamente à IMA, o seu principal objetivo é a PN no GdG como forma de promoção da SM regional, com o apoio a atividades diplomáticas em diversos estados do GdG, envolvendo também a participação de exercícios navais e atividades de treino combinado. As UN que a integram podem também realizar exercícios de ocasião e acompanhamentos de navios mercantes, numa base de oportunidade. Indicador: Forças.
7.2	Quais as principais condicionantes que identifica nas IP no GdG, no âmbito do combate à PRA?	As operações contra a PRA envolvem um grande número de entidades articuladas entre si, ao nível político-militar, e focadas numa capacidade de conhecimento situacional marítimo, com recurso a meios aéreos, essenciais neste tipo de operações. É essencial dispor de uma componente aérea que estenda as capacidades de reconhecimento e identificação visual de uma força naval, de forma a possibilitar a identificação de vetores de ataque à navegação mercante e assim se poder atuar de forma preventiva. Verifica-se a falta de protocolos intraestatais no GdG, que permitam a aplicação de medidas cautelares, detenção e processo judicial em terra contra piratas detidos no mar, por UN portuguesas. A necessidade de dispor de uma equipa de abordagem de operações especiais preparada para ações com oposição. A necessidade de dispor de uma capacidade médica adequada para apoiar este tipo de ações, com capacidade de realização de cirurgias, equivalente a uma unidade saúde tipo II+ / ROLE 2+. Perante a circunstância de operar com uma guarnição mista, o <i>Zaire</i> só pode operar na ZEE de STP podendo, excecionalmente, ser empenhado em ações de monitorização, fora desta Zona. O <i>Zaire</i> poderá fazer acompanhamento de navios portugueses dentro da ZEE de STP. Os navios da IMA poderão também realizar acompanhamentos, apenas numa base de oportunidade, sujeita às limitações da missão e do planeamento do navio. Indicador: Fraquezas
7.3	Face às condicionantes, quais os principais desafios que identifica, no âmbito do combate à PRA?	Conseguir que as IP no GdG, face às condicionantes identificadas, possam dar uma resposta dissuasória e credível a este tipo de ameaça, com relevância para a posição portuguesa no SI, evitando falsas expectativas contraproducentes e perigosas para a imagem de Portugal. Neste caso, o instrumento militar é sempre limitado na sua atuação, face aos riscos existentes, independentemente do tipo de navio que venha a ser empregue. Indicador: Ameaças às IP



Apenso A – Navios empregues na Iniciativa *Mar Aberto* no período 2015-2020

CENTRO DE GESTÃO E ANÁLISE DE DADOS OPERACIONAIS

INICIATIVA MAR ABERTO

NRP Bartolomeu Dias: Ano 2015 (02MAR-12MAI15)

Duração de missão: 72 Dias

Portos Praticados: Tema(Gana)

Fundeadoiro Ana Chaves(STP)

Luanda(Angola)

Lobito (Angola)

Cidade da Praia (Cabo Verde)

Mindelo (Cabo Verde)

Exercícios realizados: Saharan Express 2015

Obangame Express 2015

NRP Figueira da Foz: Ano 2015 (05MAI15-01JUL15)

Duração de missão: 58 Dias

Portos Praticados: Fundeadouro Ana Chaves (STP)

Malabo (Guiné Equatorial)

Luanda (Angola)

Bissau (Guiné-Bissau)

Cidade da Praia (Cabo Verde)



NRP Vasco da Gama: Ano 2016 (29FEV16-28ABR16) (27NOV16-30JAN17)

Duração de missão: 126 Dias

Portos Praticados: Cidade da Praia (Cabo Verde)

Lobito (Angola)

Luanda(Angola)

Ponta Negra (Congo)

Fundeadouro Ana Chaves (STP)

Tema (Gana)

NRP Almirante Gago Coutinho: Ano 2016 (01OUT16-23DEZ16)

Duração de missão: 84 Dias

Portos Praticados: Cidade da Praia (Cabo Verde)

Mindelo (Cabo Verde)

Fundeadouro Ana Chaves (STP)

Tema (Gana)

NRP Álvares Cabral: Ano 2017 (13MAR-13MAI17)

Duração de missão: 61 Dias

Portos Praticados: Dakar (Senegal)

Cidade da Praia (Cabo Verde)

Mindelo (Cabo Verde)

São Tomé (STP)

Casablanca (Marrocos)

NRP Bérrio: Ano 2017 (23MAR-09MAI17)

Duração de missão: 48 Dias

Portos Praticados: Cidade da Praia (Cabo Verde)



Mindelo (Cabo Verde)

São Tomé (STP)

NRP D. Carlos: Ano 2017 (01OUT17-02DEZ17)

Duração de missão: 63 Dias

Portos Praticados: Mindelo (Cabo Verde)

Santo Antão (Cabo Verde)

Sal (Cabo Verde)

Santiago (Cabo Verde)

Boa Vista (Cabo Verde)

Bissau (Guiné)

Casablanca (Marrocos)

Nouakchott (Mauritânia)

Dakar (Senegal)

NRP Bérrio: Ano 2018 (03JAN18-02ABRIL18)

Duração de missão: 89 Dias

Portos Praticados: Dakar (Senegal)

Fundeadoiro Praia (Cabo Verde)

Mindelo (Cabo Verde)

Las Palmas (Espanha)

Tema (Gana)

NRP Álvares Cabral: Ano 2018 (07FEV-07ABR18)

Duração de missão: 60 Dias

Portos Praticados: Nouakchott (Mauritânia)

São Tomé (STP)

Abidjan (Costa do Marfim)



Praia (Cabo Verde)

Dakar (Senegal)

Casablanca (Marrocos)

Exercícios realizados: Obangame Express 2018

NRP Viana do Castelo: Ano 2018 (20AGO-29OUT18)

Duração de missão: 71 Dias

Portos Praticados: Mindelo (Cabo Verde)

Praia (Cabo Verde)

Abidjan (Costa do Marfim)

São Tomé (STP)

(Camarões)

Lobito (Angola)

Luanda (Angola)

NRP Álvares Cabral: Ano 2019 (22JAN-06ABR19)

Duração de missão: 74 Dias

Portos Praticados: Nouakchott (Mauritânia)

São Tomé (São Tomé e Príncipe)

Abidjan (Costa do Marfim)

Praia (Cabo Verde)

Duala (Camarões)

Lobito (Angola)

Luanda (Angola)

Exercícios realizados: Obangame Express 2019



NRP Sines: Ano 2019 (07OUT-15DEZ19)

Duração de missão: 70 Dias

Portos Praticados: Mindelo (Cabo Verde)

Praia (Cabo Verde)

Lagos (Nigéria)

Lomé (Togo)

Baia Ana Chaves (STP)

Luanda (Angola)

Abidjan (Costa do Marfim)

Bissau (Guiné-Bissau)

Dakar (Senegal)

03FEV2021



Apenso B – NRP *Zaire* no GdG

CENTRO DE GESTÃO E ANÁLISE DE DADOS OPERACIONAIS

NRP ZAIRE NO GOLFO DA GUINÉ

1. ENQUADRAMENTO

(NC) O navio encontra-se de missão em São Tomé e Príncipe (STP), tendo como objetivo reforçar a vigilância e a fiscalização dos seus espaços marítimos e, simultaneamente, contribuir para a capacitação da sua Guarda Costeira (GC), desde janeiro de 2018.

2. MISSÕES E EXERCÍCIOS

23FEV18	EXERCÍCIO “AFRICAN NEMO 18.1”
30 - 31MAI18	EXERCÍCIO “EKUKUGBE 18”
19NOV18	EXERCÍCIO “EQUADOR”
14JAN19	EXERCÍCIO “AFRICAN NEMO 19.1”
15 - 20MAR19	EXERCÍCIO “OBANGAME EXPRESS 2019”

Estes exercícios foram os que o navio participou ativamente, integrando a lista de participantes. Executou algumas cooperações com navios de outras marinhas, nomeadamente, com navios da Marinha dos EUA, Brasil, Itália e França. Maioritariamente na componente de exercícios de VBSS.

3. ASPETOS RELEVANTES

(NC) O NRP *Zaire* foi empenhado duas vezes em auxílio de navios sob ataque de pirataria. O primeiro em fevereiro de 2020, com o navio porta-contentores MAERSK TEMA, mas quando chegou ao local os intrusos já tinham abandonado a área. A segunda vez foi em novembro 2020, com o navio de transporte ZHEN HUA 7, onde colaborou com um navio de guerra italiano na prestação de auxílio ao navio sinistrado.